

ALMANAQUE DE ATUALIDADES

Guia para o ENEM e Vestibular

2021

 AprovaTotal

SUMÁRIO

ÁSIA

- 4 **Mianmar Golpe Militar e o espectro da Guerra Civil**
- 7 **Desastre de Fukushima: 10 anos**
- 9 **Tóquio: Geopolítica das Olimpíadas**

ÁFRICA

- 13 **Nigéria e o Sequestro de Estudantes**
- 16 **De Suez para o Mundo**

EUROPA

- 20 **Irlanda do Norte: tensão Pós-Brexit**
- 23 **Putin e a Europa sob Pressão**

AMÉRICAS

- 27 **11 de Setembro: 20 anos**
- 31 **Colômbia o Fantasma da Violência**
- 34 **Jacarezinho**
- 38 **CPI da Covid**
- 41 **Eleições no Peru: Brasil de amanhã**
- 44 **Terras Indígenas**
- 48 **Cuba: Apagão da Ditadura**
- 51 **Haiti um Terremoto Político e além**

EXTRA

- 75 **Aquecimento Global**

ORIENTE MÉDIO

- 55 **Estados Unidos e Irã: as marcas da Rivalidade**
- 58 **Israel e Hamas: Guerra Infinita**
- 61 **Primavera Árabe: 10 anos**
- 64 **Refugiados: busca pela Sobrevivência**
- 67 **Síria: 10 anos de Guerra Civil**
- 70 **Talibã: Guerras as Mulheres**



ÁSIA

MIANMAR: UM GOLPE MILITAR E A BRUTALIDADE

Os militares estão de volta ao poder em Mianmar, esse país do Sudeste Asiático com mais de 50 milhões de habitantes. O golpe perpetrado por generais ao governo reeleito de Aung San Suu-Kyi, em fevereiro de 2021, abortou o lento processo de redemocratização da nação. A líder derrubada não era nenhum anjo: se provou brutal reprimindo os rohingya, uma minoria muçulmana do país. Todavia, os militares não a retiraram do poder em nome dos direitos humanos. Foi deposta pois o exército sentiu que havia perdido o controle sobre o sistema político de Mianmar, que esteve em suas mãos por décadas a fio. A solução: o golpe de Estado.



Birmânia ou Mianmar? Até o nome do país é objeto de disputa. O Reino Unido, a potência colonizadora, batizou o território como *Burma*, que deslizou para o derivado português “Birmânia”. Todavia, a ditadura militar que se instalou após a independência, nacionalista e isolacionista, rompeu com a “herança imperial” e adotou o nome de “Mianmar”. Com a redemocratização do país, apenas no século XXI, muitos começaram a aventar a possibilidade de atirar também esse nome no alçapão das relíquias históricas.



Foi o Reino Unido, a metrópole colonial, que desenhou as atuais fronteiras da nação, como uma província da Índia Britânica, colônia que se localizava estrategicamente nos limites com a China e a Tailândia. O principal destaque de exportação era o arroz, cultivado nas enormes planícies inundáveis que preenchem as bacias do centro do país, contrastando com as verticais cadeias montanhosas nas extremidades do território. Eric Arthur Blair, conhecido pelo pseudônimo “George Orwell” – autor de *1984* e *A Revolução dos Bichos* –, foi um dos cidadãos britânicos que ali trabalhou. Integrante da Polícia Imperial, desembarcou na colônia em 1922 e ali viveu por 5 anos, que lhe renderam o primeiro romance: *Dias na Birmânia*.

No entanto, de assalto, os japoneses tomam o território da Birmânia durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Os invasores armaram milícias nacionalistas para que lutassem contra a metrópole britânica: entre os integrantes estava o jovem Aung San. Após a derrota japonesa e reconquista britânica, Aung San ascendeu como líder pró-independência, e não demorou muito para que o Reino Unido se retirasse. Em 1946 emergiu a “União da Birmânia”, com Aung San no comando do Estado e do exército. O país surgia como uma ditadura militar desde o berço.

Aung San logo foi assassinado, mas a ditadura se manteve décadas a fio. Retoricamente se inspiravam numa certa versão de socialismo, mas ao fim implantaram um regime nacionalista e isolacionista, que negava tanto o ocidente como o comunismo soviético e da vizinha China. Segundo o Estado, a nação deveria ser identificada à etnia majoritária bamar e à religião da maioria: o budismo. Inúmeras minorias que não se encaixavam no modelo foram marginalizadas e se levantaram em guerrilhas esporádicas nas selvas do interior. Enquanto isso, o país se fechou para o mundo.

Os ventos da contestação sopraram na década de 1980. Uma jovem chamada Aung San Suu-Kyi, filha do líder da independência, emergiu como líder da oposição. Presa, se tornou ícone global em nome da paz e direitos humanos, recebendo o Prêmio Nobel. Enquanto isso, os militares mantiveram o poder a todo custo, implantando um plano de saída muito lenta do poder, além de transferir a capital para uma cidade planejada e isolada das grandes massas populares do país: Naipidaw.

Os militares deram sinais mais incisivos de abertura apenas na década de 2010, permitindo a realização de eleições democráticas, que colocaram Suu-Kyi no poder. Todavia, a líder popular mostrou que sua militância por democracia e liberdade não havia sido para todos. Repetiu a fórmula que a velha ditadura utilizava: a identidade nacional de Mianmar estava ligada ao budismo e à etnia *bamar*, e nada mais.

No poder, Suu-Kyi começou a apontar os cidadãos muçulmanos como inimigos da nação, do mesmo jeito que faziam os militares contra os quais ela havia tanto lutado. A partir de 2017, aproximadamente 1 milhão de muçulmanos da minoria *rohingya* foram forçadas a deixar o país, se direcionando principalmente para o vizinho Bangladesh, formando os maiores campos de refugiados do mundo.



Aung San Suu Kyi, filha de Aung San

Os músculos militares foram largamente utilizados nessa operação de verdadeira limpeza étnica.

Todavia, o conluio xenófobo contra os *rohingya* não impediu o surgimento de rachaduras no pacífico e lento processo de redemocratização. Suu-Kyi foi derrubada pelos militares na virada para o mês de fevereiro de 2021, depois de ter sido reeleita em dezembro de 2020. Os militares exigiam que apenas deixariam o poder com um acordo que lhes garantisse um número maior de cadeiras no Parlamento, mostrando ao que vieram.

Enormes manifestações tomaram as principais cidades, como Rangum e Mandalay, e foram severamente reprimidas pelo exército, o *Tatmadaw*, e pela polícia. Foram 80 mortos nas primeiras semanas, e a continuidade da contestação e da repressão trouxe um resultado de 800 mortos em 6 meses. O golpe foi apoiado pela China e pela Rússia, e condenado pelo Ocidente, assim como a violência decorrente.

Internamente os militares enfrentam um dilema complexo. Durante a velha ditadura militar, a oposição ao regime se concentrava nas minorias do país, atuando em guerrilhas precárias nas selvas das extremidades da nação. Agora, os protestos estão concentrados no seio das grandes cidades, como Rangum e Mandalay, preenchidos por jovens *bamar* e budistas, o grupo que representa a maioria da população.

Muitos jovens urbanos estão se direcionando para as montanhas do interior com o intuito de adquirir armas e munições com os velhos grupos guerrilheiros que atuam na clandestinidade há décadas. Por essa os militares não esperavam. Mais do que em defesa de Suu-Kyi, a população está se colocando em defesa de uma democracia duramente e conquistada.



10 ANOS DO DESASTRE DE FUKUSHIMA

As usinas termonucleares, como fontes de energia, consistem em um sistema de aquecimento e ebulição de água a partir da fissão nuclear. O vapor gerado nesse processo movimentava turbinas, que transformam a energia do movimento em energia elétrica. Apesar de não renovável, a energia nuclear é extremamente eficiente, pois não depende de contextos climáticos para seu funcionamento. A sua elevada produtividade e independência em relação aos fatores da dinâmica climática explicam seu amplo uso, sobretudo por nações ricas que dispõem de poucos recursos naturais, como o Japão.

Embora exista um importante movimento de pesquisas e estudos que objetivam transformar a geração termonuclear em uma fonte segura, ela ainda apresenta riscos e protagonizou, na história recente, episódios bastante traumáticos. Um deles foi o derretimento parcial da Unidade 2 da central de Three Mile Island em 1979, além do mais famoso e grave, o acidente nuclear da usina de Chernobyl, ocorrido na Ex-URSS (atual Ucrânia) em 1986.



Para entender o que aconteceu em março de 2011 em Fukushima, precisamos compreender o Japão e sua restrita extensão territorial. Seu espaço consiste em um arco de ilhas vulcânicas originado a partir de encontros tectônicos convergentes, que originaram inúmeras ilhas com intensa atividade vulcânica e sísmica. O terreno japonês compreende a localidade de encontro entre quatro placas tectônicas em constante atrito, o que o torna fortemente suscetível a terremotos e abalos sísmicos.

O acidente nuclear de Fukushima foi o pior desde o desastre de Chernobyl de 1986, e o local onde ele ocorreu também favoreceu o agravamento das consequências. Em 11 de março de 2011, um terremoto de magnitude próxima a 9 causou um tsunami com ondas de 14 metros, o que causou a inundação da usina nuclear de Daiichi. A central está localizada no município de Fukushima, que fica na costa nordeste, uma das regiões mais pobres do Japão, com população em grande parte composta por idosos. É importante ressaltar que, devido ao grande poderio tecnológico japonês, o país dispõe de forte preparo para a frequente incidência desses eventos. Um tsunami dessa magnitude, por exemplo, exige principalmente um sistema de alarmes e uma população treinada para fugir rapidamente, já que existe um tempo entre o terremoto e a onda gigante – cerca de uma hora, no caso de 2011. Mesmo com todo o preparo, cerca de 18 mil pessoas morreram. Contudo, comparado ao tsunami de 2004, que atingiu 14 países do sudeste asiático e gerou 230 mil vítimas, o impacto foi muito menor.



A explicação para as 18 mil mortes, além do fator da dinâmica natural dos abalos sísmicos, é uma série de eventos de origem política e de falhas de contenção causadas pela negligência ao nordeste japonês empobrecido e relativamente esquecido. Além disso, a preocupadora radiação se espalhou pelo Pacífico, atingindo as nações da costa oeste do maior oceano do planeta!

Após o ocorrido, reacendeu-se o debate sobre a viabilidade da fonte nuclear na geração de energia, pois ao mesmo tempo em que a precaução em relação ao uso fez com que o governo desativasse as usinas term nucleares – cessando completamente a produção de energia nuclear no Japão cerca de 14 meses após o acidente –, criou-se a necessidade de importar combustíveis fósseis, encarecendo a energia do país em até 38% e impactando a população mais pobre. Segundo os pesquisadores, tudo isso repercutiu no uso da eletricidade para aquecimento doméstico, causando mortes por doenças ligadas à exposição ao frio.

TÓQUIO: GEOPOLÍTICA DAS OLIMPÍADAS

Os Jogos Olímpicos, sejam eles de Verão ou Inverno, possuem profundo significado geopolítico. De um lado pela magnitude global do evento; de outro pela confluência de dinheiro e poder que proporciona sua existência e realização. Em mais de um século ocorrendo na era moderna, as Olimpíadas se tornaram oportunidade ímpar para as nações que almejam maior soft power (“poder brando”). Afinal, o poder militar não é tudo, apenas quase tudo no sistema internacional. Deste modo, na pira olímpica, seja onde for a sede dos jogos, crepitam sempre as chamadas do enaltecimento nacional. Uma fogueira que tem muito dinheiro como combustível.



Mas nem sempre os países são bem-sucedidos. Nas Olimpíadas de Tóquio 2020, a delegação russa foi obrigada a trajar-se como Comitê Olímpico Russo (ROC), como punição às inúmeras comprovações de vínculos entre o Estado russo e uso de doping por atletas do país ao longo de décadas. Uma derrota para o líder autocrata russo Vladimir Putin, que ergue a todo momento a bandeira do ultranacionalismo russo como forma de perseguir dissidentes e justificar suas aventuras bélicas externamente. Os atletas da nação são bandeiras essenciais a serem brandidas como veículo de propaganda.



Todavia, existe outro caso significativo de país que não pode utilizar o próprio nome para designar sua delegação olímpica, criando um impasse: Taiwan, ilha que funciona como um país independente, mas é considerada uma província rebelde pela China. Isso porquê a partir de 1949, uma situação peculiar emergiu. Em Pequim, Mao Tsé-Tung proclamou a República Popular da China, comandando quase todo o país. Enquanto isso, em Taipei, capital da ilha de Taiwan, Chiang Kai-shek, líder nacionalista, continuava afirmando-se como governante da República da China, cujas forças haviam sido expulsas do continente pelos comunistas e se restringido à ilha.

Essa dualidade persiste até hoje, mesmo que os dois líderes já estejam mortos há décadas, e a população taiwanesa defende cada vez mais um rompimento com o passado chinês, visando a independência. Todavia, o governo da ilha teme a reação chinesa caso passe a se proclamar como Taiwan. Deste modo, a delegação olímpica tem se denominado como “Taipei chinesa” nas últimas edições dos Jogos.

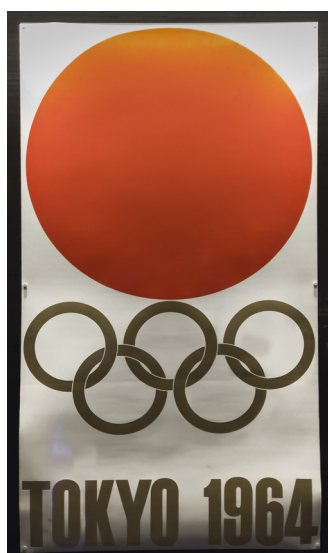
As Olimpíadas de Verão da era moderna ressurgiram em 1896, planejadas para ocorrerem a cada quatro anos, com exceção de 1916, quando ocorria a 1ª Guerra Mundial. Em 1922 surgiram os Jogos de Inverno, que se davam no mesmo ano que os de Verão. A edição desses últimos em 1936 foi marcada pela vitória histórica do atleta norte-americano Jesse Owens: um homem negro alcançando o topo do pódio em plena Alemanha nazista.

A regularidade dos jogos foi rompida pela hecatombe da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Com o seu retorno, em 1948, as edições de Verão e de Inverno passaram a ocorrer alternadamente, a cada dois anos. O Japão participou dessas fases de forma bastante intensa, e sua relação com as Olimpíadas ajuda a contar muito sobre a sua história.

Enquanto Atenas, na Grécia, sediava o retorno dos Jogos Olímpicos na era moderna, em 1896, o Japão consolidava um modelo: Estado autoritário e militarizado, fomentando uma industrialização baseada na construção de uma máquina de guerra voltada à expansão territorial. Sedar as Olimpíadas de 1940 seria a coroação

de uma nação que se via como a detentora de superioridade cultural no Leste Asiático. Ao longo das décadas de 1930 e nos primeiros anos da década de 1940, o Japão estendeu seu domínio férreo sobre quase todo o Leste e Sudeste Asiáticos, ocupando zonas que antes sob soberania chinesa, britânica, francesa, portuguesa e espanhola.

Todavia, o projeto deu contra as rochas nas reviravoltas da 2ª Guerra Mundial, com a derrota frente aos Estados Unidos, que ocupou o arquipélago japonês e o transformou em um satélite geopolítico desde então. A edição de 1940 dos Jogos de Verão nunca ocorreu, mas Tóquio finalmente sediou o evento, em 1964. Dessa vez, o Japão utilizou as Olimpíadas como vitrine para expor uma nação pacífica, em desenvolvimento e democrática.



A geopolítica global continuava impressa na face dos Jogos Olímpicos. No mesmo ano em que o Japão sediava os Jogos, o Comitê Olímpico Internacional (COI) suspendeu a participação da África do Sul nos Jogos como punição à vigência do regime do Apartheid, aceitando seus atletas apenas a partir da queda desse último, nos anos 1990. Já os Jogos de Moscou, em 1980, na União Soviética, foram marcados por um gigantesco boicote liderado pelos Estados Unidos. No ano anterior, tropas soviéticas haviam invadido o Afeganistão para apoiar uma ditadura militar aliada.

As Olimpíadas também adquiriram importância para nações do Leste Asiático ressentidas em relação ao passado de dominação japonesa. A Coreia do Sul sediou os Jogos de Verão em 1988, utilizando-o como demonstração do vigor econômico daquele “Tigre Asiático” e como bandeira do sucesso de seu processo de democratização.

Em avassalador processo de crescimento – mesmo que não acompanhado pelo estabelecimento de uma democracia – a China não deixou por menos, sediando os Jogos de 2008. Desde as décadas de 1980 e 1990, o governo unipartidário chinês substituiu o comunismo como horizonte de futuro pelo nacionalismo chinês como ideologia e pelo poder nacional como meta. As Olimpíadas de Pequim serviram como propaganda – e advertência – de uma China em ascensão. Em 2022, o país sediará novamente um evento de grande porte: as Olimpíadas de Inverno.

As Olimpíadas de Tóquio, 2020/2021, também servem como evidência da posição que o Japão tem tomado nas últimas décadas, e devem muito de sua realização ao ex-primeiro ministro Shinzo Abe (2012-2020). Depois de décadas de crescimento e total submissão diplomática aos Estados Unidos, posturas diferentes têm sido colocadas pelo Japão, num certo crescimento de setores



nacionalistas, que buscam uma posição mais assertiva do país na escala internacional. Além disso, o fato do país estar há quase três décadas amargando taxas medíocres de crescimento econômico abriu espaço para um ressentimento sobre a posição japonesa na geopolítica global.

Shinzo Abe seguiu o eixo desse raciocínio, aumentando a presença do país nas questões que envolvem o Leste Asiático, inclusive pendências territoriais com a China e a Coreia do Sul. O nível de tensão e delicadeza na região é alto: dois ex-primeiros ministros sul-coreanos insistiram que o país não participasse das Olimpíadas de Tóquio por conta dos litígios que a Coreia do Sul possui com o Japão. De todo modo, mesmo em cenário de conflito e desconfiança mútua, o líder japonês não fez com que essas rugas prejudicassem a posição do Japão externamente, ainda que utilizando do slogan “o Japão está de volta”.



ÁFRICA

NIGÉRIA

E O SEQUESTRO DE ESTUDANTES

Na Nigéria, escolas são cercadas por grupos armados. Em meio ao pânico e a horas incertas que parecem dias, crianças – principalmente meninas – são sequestradas. No horizonte dos criminosos: o valor dos resgates. Na perspectiva das vítimas: a possibilidade de inúmeras violações aos seus direitos humanos. Esse tipo de atitude é cada vez mais comum, com inúmeros exemplos ao início de 2021. Entretanto, sua origem tem a ver com um conflito mais amplo, que envolve um dos grupos terroristas mais obscurantistas do mundo: o Boko Haram.

Segundo relatório da ONU, de 2005, o terrorismo é qualquer ação “designada para causar morte ou sérios ferimentos a civis e não-combatentes com o propósito de intimidar uma população ou compelir um governo ou uma organização internacional a fazer ou deixar de fazer algo”. O “terrorismo escolar” realizado pelo Boko Haram, grupo que segue uma interpretação literalista do islamismo, tem a ver com sua oposição à educação laica como um todo e das mulheres em particular. O que acontece cada vez mais é que esse tipo de atentado tem se tornado negócio lucrativo, tornando-se elemento sinistro do cotidiano do nordeste nigeriano.

A Nigéria ocupa a posição de país mais populoso da África, com mais de 200 milhões de habitantes, com a perspectiva de chegar a meio bilhão até o fim do século XXI. Ex-colônia britânica, alcançou a independência apenas em 1960 e mergulhou numa terrível guerra civil entre 1967-1970, na região de Biafra. O principal elemento mobilizado no conflito foi o ódio étnico, que tinha raízes na maneira como o Reino Unido montou o aparato colonial anteriormente. Os ibos e iorubás, cristianizados e que ocupavam o oeste e sudeste, foram privilegiados, enquanto os haussá-fulani, predominantes no norte islâmico, foram marginalizados. Com a independência, a vingança de base étnica se disseminou.





Ao fim da Guerra de Biafra (1967-1970), o Estado mergulhou numa era de ditaduras militares com base na necessidade de segurança nacional. A partir das décadas de 1970 e 1980 o país por inúmeras redivisões internas, garantindo poderes locais para elites que baseiam seu poder no clientelismo étnico. As etnias minoritárias de cada região, assim como os imigrantes, foram excluídas redes de clientelismo étnico, tornando-se presas fáceis de radicalismos diversos. O Boko Haram emerge dessa realidade.



O Boko Haram surgiu no extremo noroeste da Nigéria, numa região de etnias minoritárias, que não conseguiam se encaixar no sistema de privilégios do Estado. A discriminação étnica das décadas pós-independência somou-se à marginalização histórica dessa região durante o período colonial pela predominância da confissão muçulmana.



Como se não bastasse: o nordeste nigeriano é ribeirinho ao Lago Chade, que passa por um recuo acelerado de suas águas. Secas sucessivas, ao longo de poucas décadas, causaram uma das piores crises socioambientais do continente africano, se estendendo também aos vizinhos Camarões, Níger e Chade. A pobreza e o desamparo da região tornaram-na campo fértil para poucas coisas além do fanatismo do Boko Haram.



Mohammed Yusuf foi um dos mais célebres líderes do Boko Haram, empunhando seu obscurantismo ideológico em exemplos como a defesa do terraplanismo e a crítica profunda a qualquer tipo de educação laica. O próprio nome do grupo advém de uma expressão em uma língua nativa que indica a oposição total à escolarização patrocinada pelo Estado. Seu lema é uma versão distorcida e ultraconservadora do islamismo, à la Al Qaeda e Estado Islâmico. Sua bandeira: uma jihad contra os infiéis.



Com a morte de Yusuf, em 2009, o Boko Haram foi tomado por facções mais radicais, infiltrando-se no parlamento, nas forças armadas e nos serviços de Inteligência. Com o início da guerra civil na Líbia (2011-hoje), o arsenal militar líbio foi capturado por militantes extremistas, ajudando a armar grupos jihadistas ao sul do deserto do Saara, como o Boko Haram. Enquanto a Síria, no Oriente Médio, mergulhava também em guerra civil a partir de 2011, e o Estado Islâmico emergia alimentado pelo caos, o Boko Haram atçou a brasa de sua ação no nordeste nigeriano.

Em meio aos ataques do grupo terrorista, o Estado nigeriano militariza-se progressivamente. Ao mesmo tempo mantém a estrutura estatal baseada num clientelismo de base étnica. A escolha de cargos e os recursos são vistos como “bençãos” vinculadas ao sangue e à origem étnica. A fonte de descontentamento e ressentimento continua incrustada no Estado nigeriano, enquanto a crise do Boko Haram é resolvida com uma forte repressão que muitas vezes respinga de forma sangrenta em civis inocentes.

Enquanto isso, o Boko Haram consegue alcançar alguns de seus objetivos. Se, por um lado, não tem tido sucesso em conquistar territórios, por outro lado coloca sobre as mulheres a sombra da ameaça ao seu direito de ir à escola e acessar a educação básica.




DE SUEZ PARA O MUNDO

No dia 23 de março de 2021, a poderosa força do comércio mundial mostrou sua fragilidade quando um cargueiro com cerca de 400 metros de comprimento e 224 mil toneladas encalhou em um dos pontos de rota marítima mais importantes do globo, o Canal de Suez.


Por se tratar de uma passagem intensamente movimentada, logo após o incidente, uma fila de embarcações se formou à espera da retirada do gigante. Para se ter uma ideia, nos dois dias seguintes, mais de 40 navios ficaram paralisados no local.

Canal de Suez em números


- 12%**
do comércio global
- 30%**
do tráfego global de navios de containers a cada dia
- 52**
navios passam pelo canal todos os dias




Três tipos principais de fluxo de carga através do canal:



A granel seco



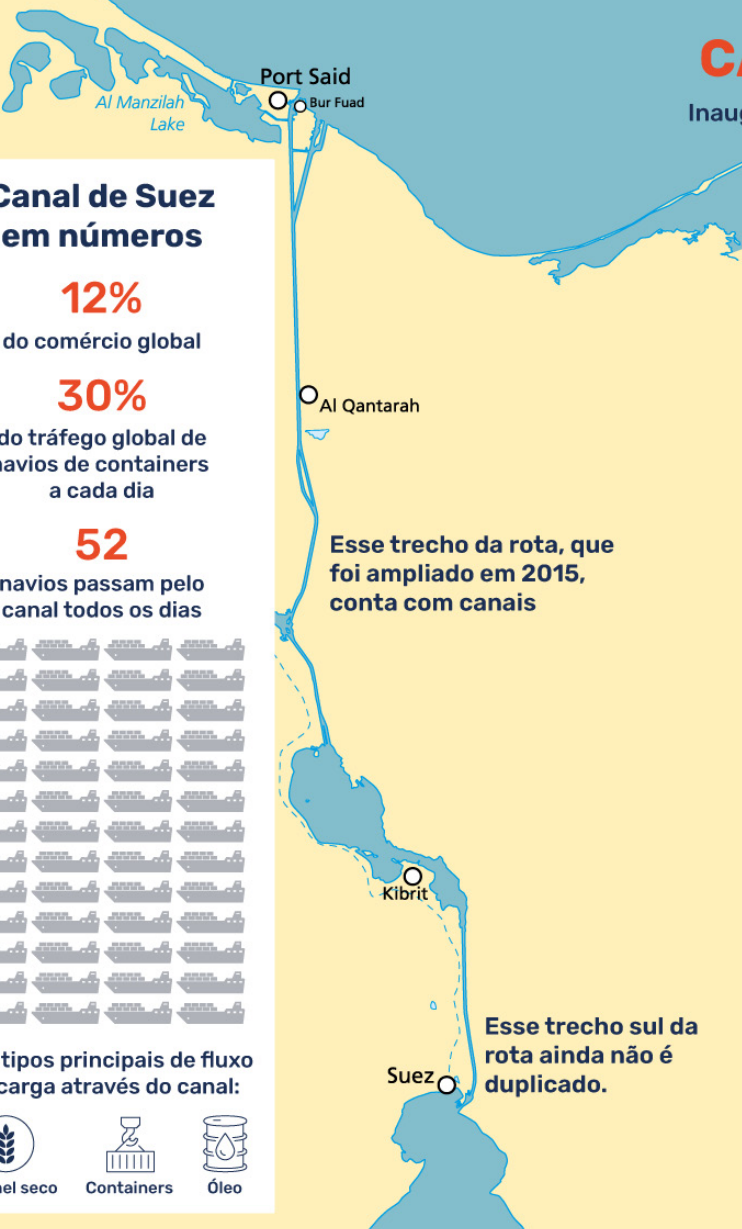
Containers



Óleo


CANAL DO SUEZ

Inauguração: 1869 Localização: Egito
Comprimento: 193 km



Esse trecho da rota, que foi ampliado em 2015, conta com canais


Esse trecho sul da rota ainda não é duplicado.



EVER GIVEN

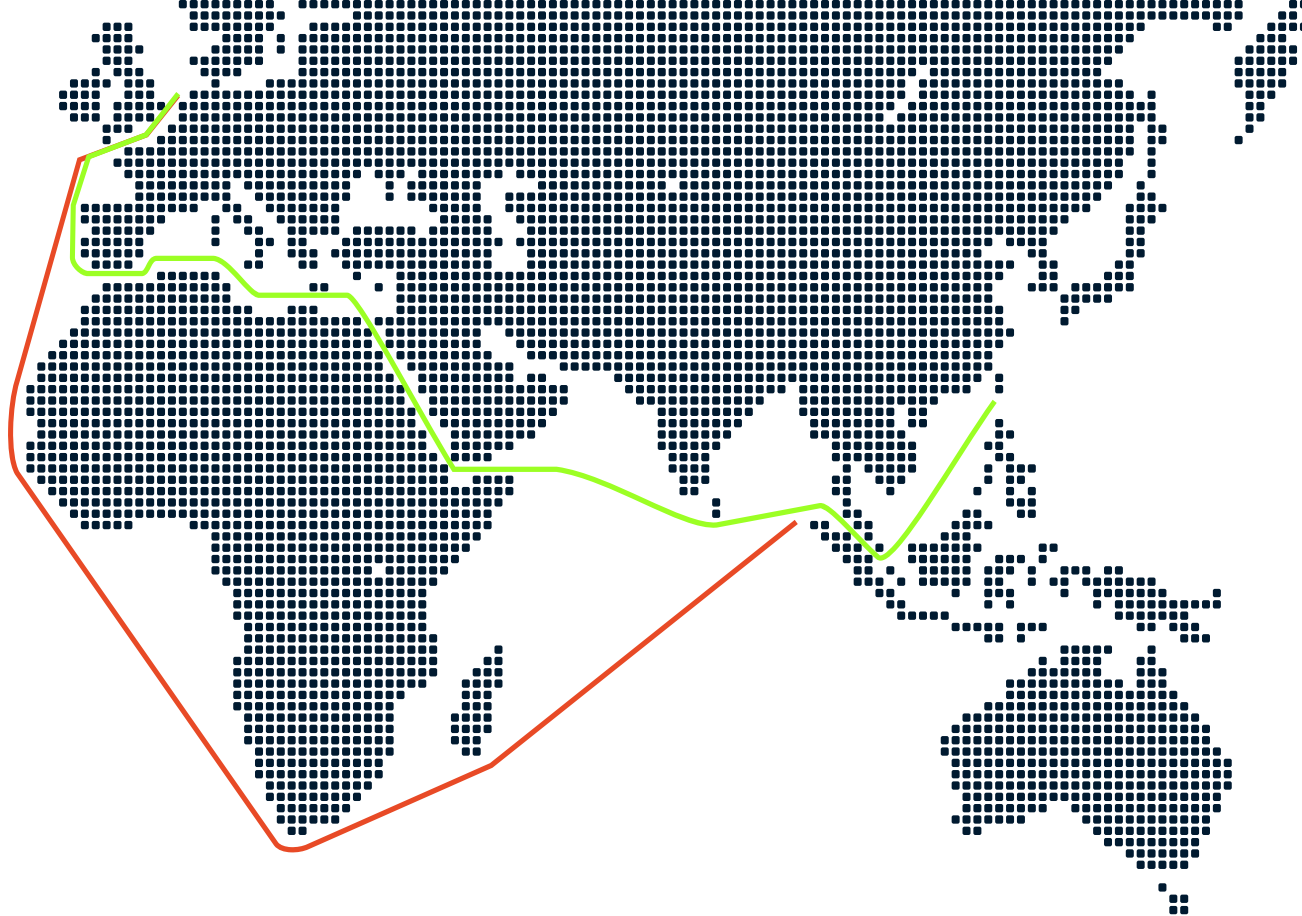
Em 23 de março de 2021, um navio encalhou no Canal do Suez. Cada dia que o canal é fechado interrompe um valor estimado de US \$ 9 bilhões em comércio de

20.000
Containers no navio



Comprimento 400 m
Canal de Suez 225 m





Essas embarcações transportavam alimentos básicos, desde grãos e cereais até os chamados produtos “secos”, como cimento. Algumas cargas extremamente problemáticas, como animais vivos, também estavam embarcadas. De acordo com dados da consultoria Lloyd’s List Intelligence, havia ainda 24 navios-tanque esperando para cruzar a via.

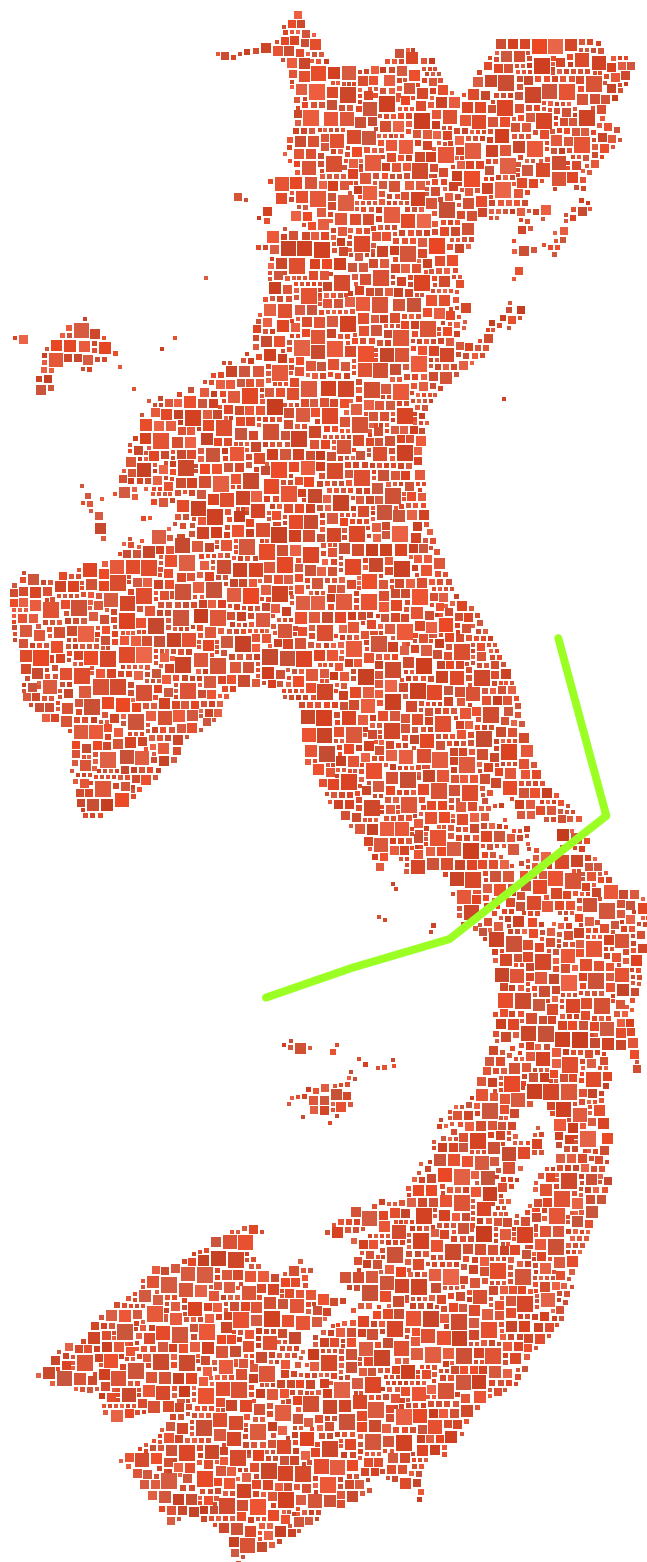
O grande fluxo do Canal de Suez se deve à sua posição estratégica, que liga o Oceano Atlântico ao Oceano Índico por meio do Mar Mediterrâneo e do Mar Vermelho, respectivamente. Isso faz com que os navios não precisem contornar o continente africano para chegar de um ponto ao outro, reduzindo o tempo das viagens em cerca de uma semana. A companhia Suez de Ferdinand de Lesseps construiu o Canal de Suez entre 1859 e 1869.

No final dos trabalhos, o Egito e a França se tornaram os proprietários da obra, porém a dívida externa egípcia obrigou o país a vender sua parte ao Reino Unido, que em 1882 instalou tropas de proteção às margens do canal. O interesse britânico no canal se devia à redução do tempo de viagem para as colônias, notadamente a Índia. Na década de 50, a tensão entre Egito e Israel, somada aos interesses britânicos e franceses, constituíram pontos determinantes dentro do contexto da Guerra Fria e culminaram na nacionalização do Canal de Suez por parte do Egito.



Outro importante canal interoceânico é o Canal do Panamá, localizado na área mais estreita do istmo (pequena porção de terra que separa grandes corpos de água) da América Central. Em 1878, o francês Ferdinand de Lesseps, construtor do Canal de Suez, conseguiu a permissão do governo da Colômbia (a quem a região pertencia na época) para iniciar as obras de abertura do Canal do Panamá. Entretanto, desafios como diferenças de tipo de terreno, relevo e clima – sobretudo por se tratar de áreas extremamente irregulares e montanhosas – acabaram atrapalhando os planos e levando, posteriormente, a companhia à falência. Os Estados Unidos de Roosevelt assumiram a construção e a finalizaram em 1913, ficando no controle até os anos 90, quando o Panamá reapropriou o canal.

No dia 29 de março, devido a um evento de maré de sizígia (tipo de maré alta mais pronunciada devido ao alinhamento da lua e do sol), o cargueiro que atracou no Canal de Suez finalmente foi removido, possibilitando a circulação nesta via tão estratégica. Embora o navio tenha ficado encalhado por menos de uma semana, isso foi suficiente para causar diversos transtornos na dinâmica do comércio global, como subida de preços (sobretudo pela importante rota de petroleiros que saem do vizinho Golfo Pérsico), desabastecimento de alimentos e até mesmo falta de água. Tudo isso se agravaria à medida que a rota não fosse liberada.





EUROPA

IRLANDA DO NORTE: TENSÃO PÓS-BREXIT



Protestos na Irlanda do Norte se tornaram comuns ao longo de 2021. O principal motivo: as barreiras alfandegárias colocadas entre ela e os outros integrantes do Reino Unido – Inglaterra, Escócia e País de Gales. A atitude, tomada pelo governo britânico, foi vista como uma “traição” para com os protestantes que vivem na região. Esses últimos sempre foram os grandes defensores da União com a monarquia inglesa, em contraposição aos católicos, em geral mais propensos à unificação com a vizinha República da Irlanda.

Qualquer sinal de violência na Irlanda do Norte traz péssimas lembranças. O período entre as décadas de 1960 e 1990 ficou conhecido como “The Troubles” na região. A violência envolvendo milícias católicas, protestantes e os soldados britânicos resultou em mais de 3 mil mortes em 30 anos.

Atentados terroristas tentaram transformar a tragédia em um estilo sinistro de espetáculo, principalmente como tática do IRA (Irish Republican Army – Exército Republicano Irlandês). A paz é recente – datando do Acordo da Sexta-Feira Santa, de 1998 – e delicada.

Ao longo dos séculos medievais a ilha da Irlanda foi gradualmente convertida ao catolicismo pela ação de missionários e monastérios. Entretanto, no século XVI, enquanto a Inglaterra se convertia à sua forma de protestantismo – o anglicanismo – ela iniciou um processo de anexação da Irlanda. Os esforços de conversão dos nativos – que se mantinham católicos – não obtiveram muito sucesso, mas os britânicos empreenderam um processo de colonização especificamente ao norte da ilha, na região conhecida como Ulster.



O solo do Ulster era mais fértil, favorecendo a implantação de colonos escoceses e ingleses, forjando uma população consideravelmente protestante na região, em detrimento dos nativos irlandeses católicos. A Irlanda era uma espécie de colônia inglesa, com uma população nativa extremamente empobrecida e marginalizada. Ao longo do século XIX, os irlandeses consistiram num dos principais grupos de imigrantes que tentava uma vida melhor nos Estados Unidos, principalmente durante e após a Grande Fome Irlandesa, entre 1845 e 1849. Entretanto, o século XIX era também o século do “nacionalismo”, e não demoraria a conquistar corações e mentes na Irlanda.

Durante o século XIX surgiram organizações nacionalistas e republicanas irlandesas. Para se contrapor à monarquia protestante (anglicana) inglesa, os defensores da independência utilizavam a religião católica e o sonho de uma república como elementos principais de identidade. No início do século XX, a insatisfação explodiu em rebelião. Em plena Semana Santa de 1916 – enquanto transcorria a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) republicanos nacionalistas irlandeses entraram em rebelião contra o domínio inglês, numa revolta reprimida pelos britânicos.



O Reino Unido percebeu logo que seria difícil conter o movimento irlandês pela independência. Resolveu conceder autonomia aos irlandeses utilizando uma estratégia que ainda mantinha o lado britânico em vantagem. Em 1921 foi oficializada a questão: os distritos onde a maioria da população fosse católica formariam uma Irlanda independente, enquanto os distritos de maioria protestante – a região do Ulster – se manteriam sob a soberania britânica. Ou seja, ao longo dos anos surgiria uma República da Irlanda, independente, enquanto o Ulster – também chamado de Irlanda do Norte – continuava britânico.

Entretanto, dentro da Irlanda do Norte se manteve uma minoria numerosa de católicos, em geral insatisfeitos com a manutenção do domínio britânico e suscetíveis à propaganda republicana, que defendia uma unificação da ilha. As diferenças ideológicas explodiram na década de 1960, dentro da Irlanda do Norte, que passou a ser atravessada pela oposição violenta entre: radicais republicanos católicos, a favor da unificação das Irlandas, e radicais unionistas protestantes, a favor do domínio britânico, sem contar a violência da repressão por parte do exército britânico.



Esses anos – dos anos 1960 aos anos 1990 – foram os chamados “Troubles”. Dentre as expressões mais sinistras do período estava o IRA (Irish Republican Army – Exército Republicano Irlandês). Tratava-se de um grupo terrorista, que realizou inúmeros atentados contra autoridades – inclusive a 1ª ministra Margareth Thatcher – como forma de chamar a atenção pela sua causa: a unificação irlandesa.

Sinais de paz chegam apenas ao fim da década de 1990, culminando no Acordo da Sexta-Feira Santa, em abril de 1998. A busca era agradar os dois lados: os republicanos pró-unificação ficaram satisfeitos com a livre-circulação entre as Irlandas, enquanto os unionistas ficaram satisfeitos com a manutenção da união com o Reino Unido por parte da Irlanda do Norte. Como Irlanda e Reino Unido faziam parte da União Europeia, a fronteira livre entre as duas Irlandas se inscrevia na regra de livre circulação do bloco. O Acordo de 1998 também pressupunha um formato de partilha de poder entre partidos republicanos e unionistas no interior da política da Irlanda do Norte.

Como o Brexit – saída do Reino Unido da União Europeia – trouxe novamente tensão para as Irlandas?

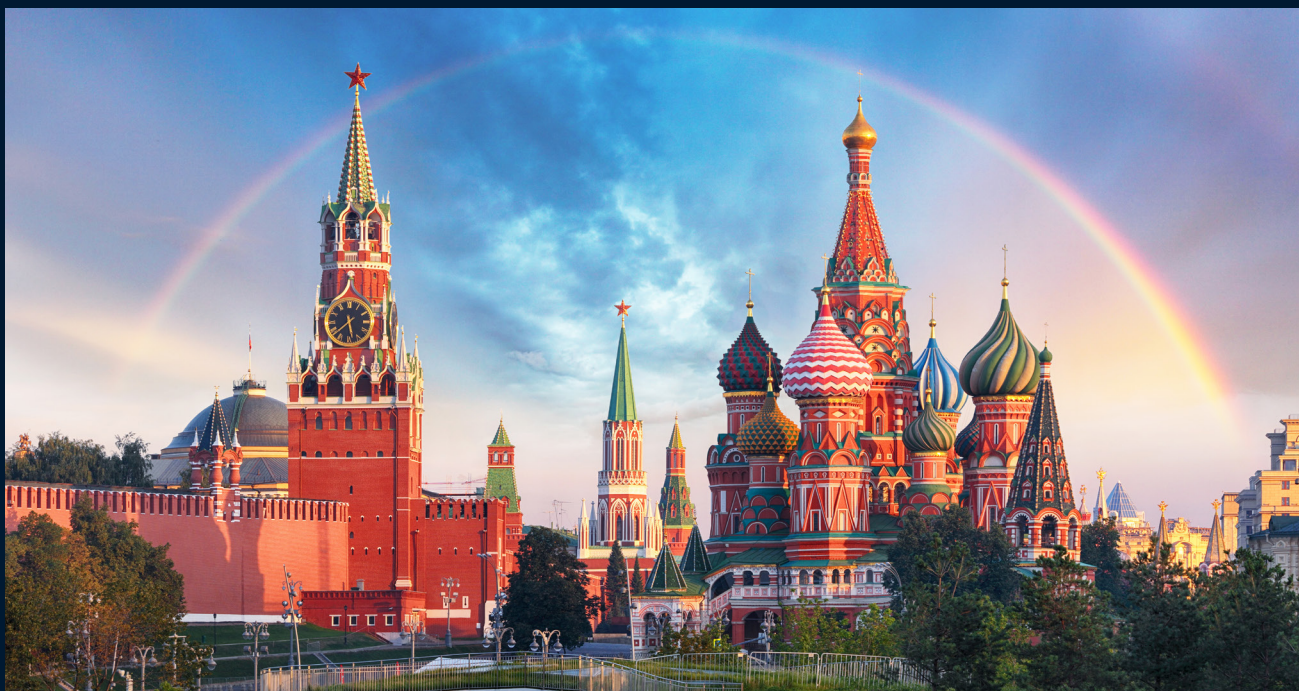
Para romper com a União Europeia, o Reino Unido teria que implantar barreiras alfandegárias – de cobrança de impostos – em seus limites com o bloco. O problema: a única fronteira terrestre entre o Reino Unido e a União Europeia é justamente entre as duas Irlandas! A livre circulação entre as duas Irlandas foi justamente uma das bases do Acordo da Sexta-feira Santa, de 1998, que trouxe a paz de volta para a região!

O governo britânico evitou tomar essa atitude – de colocar barreiras entre as duas Irlandas, mas a solução encontrada trouxe insatisfação especificamente para os protestantes do norte. Isso porque o acordo feito entre Reino Unido e União Europeia estabeleceu uma barreira alfandegária entre a ilha da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte, deixando ressentidos os unionistas do Ulster.

Na mesma semana em que o Acordo da Sexta-feira Santa de 1998 completou 23 anos, em abril de 2021, choques entre unionistas, republicanos e a polícia ocorreram nas ruas de Belfast, capital da Irlanda do Norte. As imagens lembram um passado sombrio. Dessa vez, os unionistas estão olhando para o governo britânico menos como um parceiro, e mais como um “traidor”.



PUTIN E A EUROPA SOB PRESSÃO



Movimentações militares no Mar Negro. A região – principalmente nas águas que rondam a península da Crimeia – se tornou campo de exposição de artefatos de guerra entre poderes rivais. De um lado a Rússia: Vladimir Putin receia qualquer expansão de influência ocidental sobre a Ucrânia, que considera como área de influência “natural” dos russos. De outro, a OTAN: a Aliança Atlântica busca atrelar à sua estrutura uma Ucrânia traumatizada pelas agressões russas da última década. As advertências dos dois lados vêm cada vez mais acompanhadas de tanques, submarinos, mísseis e homens em armas.



Saddam Hussain

Entre fevereiro e março de 2014 o mundo viu a primeira anexação territorial de um Estado por outro no século XXI. A última vez tinha sido em 1990: o ditador iraquiano Saddam Hussein invadiu o vizinho Kuwait, instalando o terror contra a população local. Um semestre depois as forças invasoras foram batidas pelas forças de uma aliança liderada pelos Estados Unidos. Entre os integrantes estavam nações ocidentais, mas também países árabes. Tudo com o apoio de uma União Soviética quase em dissolução.

Em 2014 a resposta foi diferente. A Ucrânia – uma das principais ex-repúblicas soviéticas – se encontrava em crise política desde o fim do ano anterior.





Viktor Yanukovitch, o presidente, abortou um processo de aproximação do país com a União Europeia em nome de um reforço dos laços com a Rússia. Enquanto Putin – líder russo que busca a hegemonia sobre o território da antiga União Soviética – comemorou. Já a população, farta de líderes vistos como fantoches de Moscou, capital russa, saiu às ruas.

Os protestos, iniciados em novembro de 2013, ficaram conhecidos como Euromaidan. O nome derivava da concentração de manifestantes na Maidan (“praça”) Nezalejnosti (“da independência”), no centro da capital ucraniana, Kiev. O prefixo “Euro” indicava um repúdio ao servilismo do presidente frente à Rússia de Putin. Em poucos meses, Yanukovitch fugiu do país, exilado na vizinha que tanto apoiou.

Putin agiu rápido. Receoso de que um governo pró-União Europeia se formasse na Ucrânia – e a tirasse da área de influência russa – ordenou que tropas russas atravessassem o Estreito de Kerch e tomassem a península da Crimeia. Esse território era ocupado por uma maioria etnicamente russa. Sob ocupação militar, um plebiscito foi organizado. Fachada para cancelar a anexação feita pela força.

Enquanto isso, as forças russas passaram a apoiar a instigar uma rebelião separatistas de russos étnicos nas províncias ucranianas da região do Donbass: Donetsk e Lugansk. Enquanto a Crimeia continua sem confrontações militares diretas desde a anexação pela Rússia, áreas do Donbass se encontram em verdadeiro estado de guerra desde 2014. Aproximadamente 17 mil já morreram em um confronto entre milícias armadas pela Rússia e as forças do exército ucraniano.

A tragédia atingiu proporções ainda mais chamativas logo de início. Insurgentes separatistas haviam derrubado 3 aviões militares ucranianos entre junho e julho de 2014. Porém, em 17 de julho, um míssil atingiu um Boeing 877 da Malaysia Airlines, com 283 passageiros e 15 tripulantes, que havia partido de Amsterdã, na Holanda. Um avião civil havia sido abatido pelos insurgentes pró-Rússia.



O conflito continua na região, em parte, pelos desígnios da política externa e da visão de mundo de Vladimir Putin. O líder é saudoso da “Rússia dos czares”, derrubada em 1917 pela revolução de fevereiro. O Império Russo, a “Terceira Roma”, havia se expandido a partir do século XVI – gradativamente, mas de forma inexorável –, em nome da missão de aumentar a fé cristã ortodoxa.

O surgimento da União Soviética, em 1924, sobre os seus escombros, não diminuiu o poder da “supremacia russa” no interior dessa unidade política, em detrimento dos inúmeros povos submetidos.



As autoridades soviéticas promoveram um processo de “russificação” dos territórios sob seu domínio, em busca de soldar uma identidade comum associada à pátria russa, mesmo em zonas islâmicas como a Ásia Central.

Dentre as repúblicas soviéticas mais importantes estava a Ucrânia. Essa última sofreu duplamente entre as décadas de 1920 e 1940. Primeiro com a grande fome causada pela coletivização da agricultura organizada por Joseph Stálin. Depois, pela ocupação militar nazista durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

Em 1991, com o fim da União Soviética, a Ucrânia emergiu como um Estado independente. Ao mesmo tempo, com as 15 repúblicas que surgiram, muitos russos étnicos não se encontravam no território russo, e sim vivendo em áreas do Cazaquistão, da Ucrânia, Bielorrússia, entre outras. Todavia, a nação para Putin – no poder desde 1999 – é um vínculo de sangue e religião. Sua meta: circunscrever dentro do território russo todos os russos étnicos, mesmo que isso tenha como preço a expansão territorial.

Apontado como 1º ministro em 1999, Putin foi eleito presidente 4 vezes: 2000, 2004, 2012 e 2018. Dimitri Medvedev, seu aliado, governou entre 2008 e 2012. Putin ascendeu ao poder liderando à repressão brutal contra o separatismo na Chechênia, justificando a brutalidade como “luta contra o terrorismo”. Mesmo com a Chechênia destruída, o líder subiu ao poder evocando a luta patriótica dos russos, ao vencer as eleições de 2000.

Enquanto isso, em matéria de política externa, o líder russo enxerga a União Europeia e a Aliança Atlântica (OTAN) como inimigas que visam destruir a influência russa sobre as antigas repúblicas soviéticas. Em contraposição a ambas, lançou a União Eurasiática, tendo na Ucrânia como o parceiro mais importante. Entretanto, com a derrubada de Yanukovitch durante a Euromaidan, entre 2013 e 2014, Putin enxergou o risco de perder esse importante aliado.

Desde então, a Ucrânia tem buscado uma política externa de afastamento em relação à Rússia, enquanto essa última patrocina uma guerra separatista em pleno território ucraniano. A Crimeia, além disso, continua sob ocupação russa, mesmo sem o reconhecimento internacional. Entretanto, a pressão russa não funciona apenas a partir da via das armas.

Muitos gasodutos que abastecem a Europa Central e Ocidental com gás russo passam pela Ucrânia, que lucra com os royalties desse comércio. A Rússia patrocina cada vez mais a construção de linhas alternativas, secando um importante rendimento para os ucranianos, enfraquecendo-os economicamente. Enquanto isso, Putin lança seu total apoio à vizinha e obediente Bielorrússia (Belarus), cujo ditador, Alexander Lukashenko, se comporta como fiel escudeiro da autocracia que vigora na Rússia.





AMÉRICAS

11 DE SETEMBRO

20 ANOS



Em 11 de setembro de 2001 completam-se 20 anos da catástrofe que marcou sinistramente o início do século XXI na geopolítica global. Naquela manhã quatro aviões foram sequestrados na Costa Leste dos EUA por jihadistas vinculados ao grupo terrorista Al Qaeda, comandado por Osama bin Laden.

Duas aeronaves atingiram o World Trade Center, as "Torres Gêmeas", em Nova Iorque. Uma atingiu o Pentágono, em Washington, e outra caiu no interior da Pensilvânia. Ao todo foram 2.996 mortos incluindo os terroristas, e as vítimas presentes nos aviões e nos edifícios atingidos. Foi o maior atentado terrorista da história americana.

Não era um raio no céu azul. A Al Qaeda já vinha organizando uma escalada de violência direta contra os Estados Unidos há quase uma década, em uma estratégia difícil de ser rastreável. Em fevereiro de 1993, explodiram uma bomba no estacionamento do World Trade Center: 6 mortos. Em outubro de 1998, a Al Qaeda reivindicou os atentados nas embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia: 224 mortos – na maioria nativos, e não americanos. Em outubro de 2000, explosões causadas por jihadistas do grupo liderado por Bin Laden atingiram o navio militar USS Cole, dos Estados Unidos, enquanto estava em Áden, no Iêmen: 17 mortos. Menos de um ano separou esse último atentado do fatídico 11 de setembro.





Torres Gêmeas, Pré Atentado

Quais as raízes ideológicas que motivaram tamanha atrocidade? Podem ser encontradas numa cisão importante no mundo árabe ao longo do século XX: entre o nacionalismo laico e o fundamentalismo islâmico. O primeiro defendia que o conceito de nação deveria ser o valor principal, separado da religião e voltado para a modernização econômica, às vezes mais socialista ou mais liberal. O segundo defendia o abandono das divisões nacionais em nome de valores tradicionais do islamismo, negando os valores “degradantes” do comunismo ateu ou da sociedade consumista e “depravada” inspirada nos Estados Unidos.



Osama Bin Laden

O baluarte do fundamentalismo islâmico foi tradicionalmente a monarquia saudita. O Estado dessa última está fundido com uma vertente ultraconservadora do islamismo sunita – o wahabismo – e funciona como uma teocracia. Essa ideologia se difundiu cada vez mais no mundo árabe a partir da década de 1970, quando os governos nacionalistas laicos se revelaram cada vez mais ditaduras implacáveis e autoritárias. O conservadorismo religioso foi cada vez mais visto como arma de “libertação” contra tiranias que impunham uma visão de mundo laica, fosse mais socialista, como no Egito e na Síria, ou mais liberal, como na Tunísia ou no Marrocos.

A oportunidade para os fundamentalistas islâmicos testarem suas forças em um terreno de guerra ocorreu no Afeganistão. O poder nesse último foi tomado por um regime militar pró-soviético em 1978, que teve de apoiar-se numa intervenção soviética no ano seguinte em meio à instabilidade política. O regime tentava o impor o ateísmo como doutrina oficial, empurrando seus oponentes – os guerreiros mujahedeen – para as malhas da religião como mote de luta e libertação. Os grupos que lutavam contra o governo pró-soviético passaram a ser armados pelos Estados Unidos, China, Paquistão e Irã, seguindo a lógica da Guerra Fria.

A Arábia Saudita passou a forjar especificamente uma rede de “voluntários” por todo o mundo árabe para lutar no Afeganistão contra a União Soviética. Um dos grupos que surgiram como ramificação dessa atitude foi a Al Qaeda, sob o comando de Osama bin Laden. Mesmo que esse grupo tenha tido participação desprezível na 1ª Guerra do Afeganistão (1979-1989), surgia o mito de um grupo islâmico que ultrapassava as fronteiras nacionais em nome da sua jihad (“guerra santa”).



Osama bin Laden rompeu com a Arábia Saudita em 1991, quando essa última permitiu que seu território fosse usado pelas forças americanas para expulsar o Iraque – comandado por Saddam Hussein – do Kuwait, invadido no ano anterior. A Arábia Saudita é guardiã de Meca, a cidade mais sagrada para o islamismo. Que o território desse país fosse “violado” pelas forças do “Ocidente” não era algo a ser aceito pelos fundamentalistas islâmicos. A partir daí a Al Qaeda inicia uma “guerra santa” contra os Estados Unidos, visto como o “Império do Mal”.

O grupo passou a procurar um Estado que lhe desse abrigo. Depois de breve período no Sudão de Omar al-Bashir, foram acolhidos no Afeganistão, que passou a ser governado a partir de 1996 pelo grupo fundamentalista religioso Talibã. Esse último havia sido criado pelo Paquistão como forma de influenciar a política do Afeganistão enquanto este em uma guerra civil (1989-1996). Com o apoio do Talibã, regime que impunha regras terríveis sob o ponto de vista dos direitos humanos à população sob seu comando, a Al Qaeda preparou os ataques de 11 de setembro de 2001.

A resposta americana aos ataques veio sob a forma da “Guerra ao Terror”. Os Estados Unidos estavam, na época, no início do governo de George W. Bush. Cercado dos chamados neoconservadores, Bush lançou a doutrina de que os Estados Unidos deveriam se lançar numa luta global contra os terroristas. O menosprezo contra o respeito aos direitos humanos em geral dos civis se tornou a marca quando as forças americanas invadem o território do Afeganistão em outubro de 2001, numa primeira aplicação da “Doutrina Bush”. Logo o Talibã foi derrubado do poder, enquanto iniciava uma caça à Al Qaeda.

O Talibã não deixou de existir: passou os últimos 20 anos abrigado em bases no interior afegão e no território do Paquistão, atacando o governo central afegão e as forças americanas e ocidentais. Cerca de 1,5 milhão de refugiados afegãos estão ainda no território paquistanês. A ocupação americana trouxe inegável avanço aos direitos das mulheres no Afeganistão, mas o custo humano do conflito com o Talibã – que nunca acabou – é indescritível.



George W. Bush

A postura “*America first*” de Donald Trump levou ao acordo pela retirada das forças americanas do Afeganistão, colocada em prática pelo sucessor Joe Biden. Isso tudo para desespero dos afegãos, quando em 15 de agosto de 2021 o Talibã voltou ao poder. O aniversário de 20 anos do atentado nas Torres Gêmeas terá como marca um Afeganistão novamente com potencial para servir de base para a Al Qaeda.

COLÔMBIA E O FANTASMA DA VIOLÊNCIA



Novas manifestações na Colômbia contra o governo de Ivan Duque. A pandemia – e a crise econômica que veio no seu encalço – ajudou a desenhar um rastilho de pólvora de descontentamento social no país. Foi necessário pouco para que explodisse em 2021: uma proposta de aumento de alguns impostos por parte do governo. Os protestos que iniciaram acabaram por unir os mais variados segmentos sociais, fartos e exigindo um maior auxílio por parte do Estado para os mais prejudicados pelo cenário de crise.

Ivan Duque afirmou que utilizaria o exército se a ordem fosse ameaçada, exacerbando as manifestações, que passaram a receber uma violenta repressão por parte da polícia, inclusive com acusações de abuso sexual. Os protestos são uma reedição mais intensa de grandes protestos que já haviam ocorrido contra o mesmo governo em 2019. Naquele mesmo ano, mobilizações enormes se estenderam por países em fase de estagnação econômica mundo afora: Chile, Argélia, Iraque, Irã, Líbano. O choque entre a austeridade dos governos e a insatisfação popular inflamou as ruas. No caso colombiano existem ainda feridas pouco cicatrizadas de violências anteriores.

A última guerra civil na Colômbia durou de 1964 a 2016, deixando um rastro de 8 milhões de deslocados internos em 2019. Na memória de todos estão os anos de confronto entre guerrilhas de esquerda e grupos paramilitares de direita, com uma atuação também assassina pelas forças armadas colombianas.





Ivan Duque

Em 2019, dos 43,5 milhões de deslocados internos do mundo, 8 milhões estavam na Colômbia em 2019. Enquanto país iniciava um processo de delicado apaziguamento, a vizinha Venezuela afundava em uma crise social, econômica e política. A Colômbia se tornou o principal destino dos desesperados: desde 2015, recebeu cerca de 1,8 milhão de refugiados venezuelanos. Segundo o Alto-Comissariado da Organização das Nações Unidas para os Refugiados (o ACNUR), a diferença entre os refugiados e os deslocados internos é que os primeiros atravessam fronteiras internacionais. Mas os motivos que levam ambos a deixar suas áreas de origem é sempre muito próximo: perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave violação dos direitos humanos.

Todavia, nem todos na Colômbia se encontram satisfeitos com os termos da paz. Ivan Duque, o atual presidente, é crítico de Juan Manuel Santos (2010-2018), ex-presidente cujo acordo com os guerrilheiros das FARC deu fim a uma guerra civil de 5 décadas. As FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) se inspiravam no modelo cubano para a tomada do poder pelas armas.

Mesmo com o fim da guerra civil, e a desmobilização quase total das FARC – que se transformaram num partido político de minúscula expressão – a Colômbia continua sendo um país violento. O problema é pior principalmente para lideranças comunitárias e ativistas de direitos humanos: entre novembro de 2016 e julho de 2019 foram assassinados 223 líderes locais. As raízes dessa realidade são antigas na história do país.



Soldado com bandeira das FARC bordada ao uniforme

Desde a independência a Colômbia foi marcada pelo fenômeno do caudilhismo: a política e os afazeres militares capturados pelos interesses privados de elites locais e regionais. As forças armadas e policiais tinham sempre um pendor para funcionarem como milícias de atores políticos e partidos específicos. Ao longo de boa parte do século XIX, e até a metade do século XX, o poder se manteve nas mãos das oligarquias dos partidos liberal e conservador. Ideologicamente pouco diferentes, se engalfinharam em lutas violentas pelo poder, como a Guerra dos Mil Dias (1899-1902), com dezenas de milhares de mortos.

Um novo ciclo de violência explodiu com o Bogotazo, em abril de 1948, que começou com uma revolta urbana após o assassinato do líder popular Jorge Gaitán. O acontecimento foi o estopim de uma nova guerra civil entre liberais e conservadores. O período ficou conhecido como La Violencia, e durou entre 1948 e 1958, devastando novamente o país. Em meio à violência surgem as FARC.



As FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) se formaram em 1964, quando camponeses radicalizados e membros do Partido Comunista Colombiano constituem um movimento guerrilheiro. Inicialmente marginais, as FARC cresceram entre as décadas de 1980 e 1990, utilizando o narcotráfico como instrumento para se financiar, assim como os resgates de milhares de sequestros realizados pelo grupo. Ao mesmo tempo, as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) formavam a principal força paramilitar de direita, também vinculado ao tráfico de drogas, com o intuito de combater a guerrilha de extrema-direita. As FARC conseguiram tomar cerca de 40% do território colombiano, em geral áreas rurais e florestais, atuando em paralelo com outro grupo guerrilheiro, o ELN (Exército de Libertação Nacional), de atuação mais restrita.

A virada veio na década de 2000. Durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010), as FARC sofreram pesadas baixas e milhares de guerrilheiros se renderam. O governo contava com vasto apoio militar e financeiro dos Estados Unidos. Naquele momento, os americanos enxergavam a Colômbia como núcleo essencial em sua “guerras às drogas”. Todavia, mesmo com seu sucesso no combate aos guerrilheiros, integrantes dos governos de Uribe – e ele próprio – foram condenados por possuírem relações com grupos paramilitares de direita, como as AUC, além de escândalos de corrupção.

Com as FARC extremamente enfraquecidas, estava aberto o espaço para a possibilidade de negociações de paz. O sucessor de Uribe, Juan Manuel Santos, no poder entre 2010 e 2018 foi o executor do processo. Em 2016, o governo assinou um acordo com o antigo grupo guerrilheiro, que se comprometia a depor suas armas em troca da possibilidade de se tornar um partido político. Logo, as FARC iniciaram o processo de desarmamento, ganharam algumas cadeiras cativas no parlamento até 2024 e se tornaram um partido político, o “Comunes”, que recebeu apenas 0,38% dos votos nas eleições de 2018, de representatividade marginal.

Juan Manuel Santos recebeu o Nobel da Paz no mesmo ano do acordo, que dispõe sobre um mecanismo importante: a Jurisdição Especial para a Paz (JEP). A função da JEP é investigar as violações aos direitos humanos por todos os lados do conflito na guerra civil colombiana. Ivan Duque, o sucessor de Santos e atual presidente, criticou-a afirmando que ela não iria punir as FARC. Entretanto, sua observação não se confirmou: em janeiro de 2021 a JEP lançou seu relatório final, com condenações aos antigos líderes das FARC por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Entre 1990 e 2016, as FARC realizaram 21.396 sequestros, com inúmeras acusações de maus-tratos aos cativos.

Além de ter sido contra o processo de paz com as FARC, Ivan Duque é acusado de comandar o país num governo corrupto, elitista e pouco afeito às inúmeras violações aos direitos humanos feitas por grupos armados espalhados pelo país.



JACAREZINHO: GUERRA CONTRA O CRIME OU INCOMPETÊNCIA?

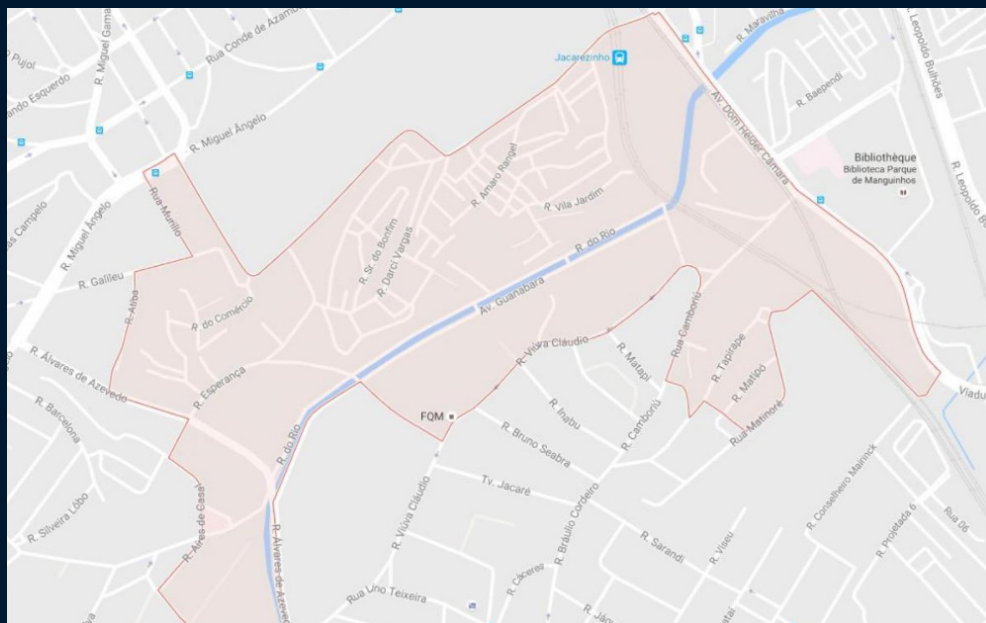


Na manhã do dia 6 de maio de 2021 ocorreu a operação policial mais letal ocorrida na história da cidade do Rio de Janeiro, na favela do Jacarezinho. O total foi de 28 mortos, incluindo um policial. Na época, o acontecimento foi visto como uma afronta a uma decisão do ano anterior, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu operações do tipo no estado do Rio de Janeiro. O motivo da decisão do STF era o de que a estratégia que ronda as operações nesse estado tem muito pouca efetividade em combater o crime organizado e vinculam-se a um número excessivo de mortes, sem ficar claro se os envolvidos eram ou não criminosos. Nessas operações o julgamento prévio e arbitrário por parte do Estado já vem sob a forma da execução.

O Jacarezinho é apenas uma das inúmeras favelas localizadas no município do Rio de Janeiro. Esse último é conurbado com várias outras cidades próximas, formando a Região Metropolitana, um aglomerado urbano que conta com mais de 13 milhões de habitantes. Uma conurbação é a denominação que se dá quando as manchas urbanas de duas ou mais cidades se misturam, tornando indistintas para um observador leigo.

As dinâmicas de cidades diferentes acabam se confundindo quando elas se conurbam. No caso do da metrópole fluminense, além da circulação de pessoas e mercadorias, o crime organizado também age através das diferentes cidades, baseado principalmente nas suas periferias.





Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, o UNODC, o conceito de “crime organizado” pode ser qualificado como

“Um empreendimento econômico protagonizado por um grupo criminoso composto por várias pessoas que se organizam e funcionam de forma estruturada durante certo tempo e que atuam de maneira conjunta com o propósito de cometer um ou mais delitos graves, sempre em função de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício de ordem material”.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, o crime organizado pode ser dividido em dois principais grupos: os comandos do tráfico e as milícias.

Na década de 2010, o Brasil foi palco de um conflito entre dois principais comandos do tráfico: o Primeiro Comando da Capital (PCC), com base em São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), sediado no Rio de Janeiro. Ambos possuem ramificações nacionais quanto à distribuição de narcóticos, com inúmeros comandos afiliados localmente, mas também contatos internacionais para que abasteçam o mercado nacional com drogas.

Os comandos do tráfico têm uma zona de “recrutamento” de novos integrantes bastante propícia: os presídios. O sistema carcerário nacional está saturado pela morosidade da justiça nacional: pessoas que cometeram delitos leves passam tempo considerável à espera de uma decisão judicial.

Tornam-se presa fácil para a coerção e o aliciamento por grupos criminosos que agem dentro dos presídios. Uma evidência dantesca são as “rebeliões”, que na verdade funcionam como confrontos violentos dentro das prisões entre os “soldados” dos mais diversos comandos do tráfico. A corrupção azeita o sistema, enquanto presídios superlotados e precários não cumprem sua função de reabilitação e de respeito aos direitos humanos, apenas servindo como fonte de mão de obra fresca para os comandos do tráfico.

O combate aos comandos do tráfico em território nacional se dá de maneira ineficiente e violenta. O foco é colocado nas favelas e territórios sob controle do crime organizado, quando um laço essencial do funcionamento desse sistema está muito longe: nas fronteiras. Os limites do Brasil com o Paraguai e a região do “Alto Solimões”, próxima a Peru e Colômbia, são as principais portas de entrada para os narcóticos no país. Enquanto o primeiro está mais ou menos controlado pelo PCC, o Comando Vermelho possui mais vínculos com a “rota do Solimões”.

No caso do Rio de Janeiro, dentre os comandos do tráfico, a supremacia é do Comando Vermelho, que controla, inclusive, a favela do Jacarezinho. Entretanto, é a milícia que tem tomado a ofensiva nos últimos, infiltrada, inclusive, nas polícias civil e militar. Milícias são grupos armados vinculados ao crime organizado, formados por agentes do Estado ou ex-agentes, principalmente ex-policiais.

Em geral as milícias vendem o “serviço” de proteção aos moradores inseguros das ações dos comandos do tráfico. Em nome disso, esses grupos praticam extorsões em mercados de serviços essenciais, como água, gás, TV a cabo, transporte, segurança e setor imobiliário. Seu território tem se expandido de maneira avassaladora na cidade do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana. Em nome da proteção, descambam para a violência e a criminalidade, afinal a existência de qualquer grupo armado atuando à revelia do Estado é vedada pela constituição, como evidenciado no inciso XVII do artigo 5º: “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”.





Atualmente as milícias controlam 57% do território da cidade do Rio de Janeiro, que compreende 33,1% de sua população. O Comando Vermelho, por sua vez, controla 11,4% do território carioca, onde vive 18,2% de seus habitantes. Quando a escala se amplia para a região metropolitana, o panorama não difere muito: as milícias dominam 21,8% do território, com 29,2% dos habitantes, enquanto o Comando Vermelho detém 23% da área, com 24% da população. É nas favelas que se dá o terror da disputa entre esses grupos, com o agravante da violência policial.

Inúmeros laços de corrupção envolvem os órgãos oficiais da polícia com os criminosos milicianos. Nos últimos anos é possível perceber que as “operações” policiais enfocam muito mais as zonas dominadas pelo crime organizado, abrindo espaço para que as milícias controlem esses territórios posteriormente.

A corrupção policial e a sua relação com as milícias fazem com que parte do Estado seja capturado pelos interesses privados desses grupos violentos, principalmente na alçada da própria esfera estadual.

Isso porquê tanto as polícias civis como as militares estão subordinadas aos governadores dos Estados ou do Distrito Federal, e é importante destacar suas funções específicas. A Polícia Civil deveria ter como enfoque a atividade investigativa, a busca de evidências e questões de segurança não-imediatas, além de averiguar e solucionar crimes após o seu registro. Enquanto isso, a Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo, vigilância e repressão imediata a atos criminosos, e é importante ressaltar que efetua uma carreira militar diferente daquela relativa às Forças Armadas.

O que ocorre hoje é que, utilizando da narrativa de que há uma “guerra” contra o crime organizado, a atuação policial se baseia na ostensividade e não na inteligência. A eficácia é deixada de lado em meio à espetacularização das operações policiais, temperadas com seu alto custo em vidas. Por trás de todo discurso que se pauta na existência de uma guerra – que só existe realmente quando se dá entre Estados – está um disfarce bastante fujuto para a incompetência.



CPI DA COVID: CULPA DE QUEM?



Em abril de 2021 foi aberta uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a atuação do governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia, assim repasses de verbas federais para estados e municípios. Uma CPI – denominada “da Covid” no caso atual – é uma “comissão temporária criada pelo Poder Legislativo com o intuito de investigar e de fiscalizar, por prazo certo, fatos determinados de relevante interesses para a vida pública”, segundo afirma o sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal.

O tema da realização de uma CPI levanta a questão da atuação dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – dentro da República Federativa do Brasil. Na constituição do país, promulgada em outubro de 1988, em seu artigo 2º, consta que os três são independentes e harmônicos entre si, não interferindo na alçada uns dos outros, mas fiscalizando-se mutuamente. Isso é uma das bases de uma república democrática.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é um instrumento do poder legislativo. No Brasil, no que diz respeito à União, o poder legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto por duas casas: a Câmara dos Deputados Federais e o Senado Federal.



Os deputados federais (513) representam nominalmente o povo. Logo, a composição da Câmara é proporcional de acordo com a população total de cada estado brasileiro. Entretanto, essa proporcionalidade é imperfeita, pois existe um máximo e um mínimo de deputados por estado. Por exemplo, um deputado federal de Roraima representa 72 mil pessoas, enquanto um de São Paulo representa 650 mil pessoas. No caso do Senado (81), cada Estado da federação é representado por três senadores.



As CPIs são consideradas como um direito das minorias parlamentares para assegurar que o Legislativo cumpra sua função fiscalizatória sem que seja impedido ou constrangido pelas maiorias formadas no parlamento em aliança com o Executivo.

De todo modo, a instalação de uma CPI requer o cumprimento de alguns pré-requisitos: 1) solicitação de, no mínimo, 1/3 dos senadores (27) ou deputados federais (171), sendo que quando é uma solicitação conjunta de deputados e senadores é chamada de CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito); 2) um fato determinado para ser investigado; e 3) um prazo definido de realização das investigações, e de um relatório final, mesmo que prorrogável. Dadas essas informações, qual foi o percurso percorrido para que fosse instalada a atual CPI da Covid?

Em 4 de fevereiro, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protocolou um requerimento (contendo 32 assinaturas) para a instalação de uma CPI para investigar a atuação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) durante a pandemia. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) manteve-se cético em relação ao requerimento de criação da CPI. Em parte, porque Pacheco foi eleito presidente do Senado com o apoio do governo federal.

Por conta do marasmo da ação do presidente do Senado, os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Jorge Kajuru (Cidadania-GO) apresentaram um mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando que ele obrigasse o Senado a instalar a CPI. Em 9 de abril, Luis Roberto Barroso, um dos 11 ministros do STF decidiu que o Senado deveria instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) durante a pandemia.

Logo em seguida, em 13 de abril, o presidente do Senado – pressionado pela decisão do STF – oficializa a criação da comissão, unindo o requerimento da oposição (que focava na atuação de Jair Bolsonaro na pandemia) com outro vindo da base governista, de autoria de Eduardo Girão (Podemos-CE). A defesa dos governistas é a da investigação de repasses de verbas federais para estados e municípios, tirando o foco do presidente Jair Bolsonaro.



Um dia depois, em 14 de abril, por 10 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal aprovou a decisão do ministro Barroso sobre a determinação de pressionar o Senado para a criação da comissão sobredita. É importante ressaltar que, em pelo menos três ocasiões, nas últimas décadas, o STF pressionou para a instalação de CPIs a pedido da oposição: a CPI dos Bingos, 2005, a CPI do Apagão Aéreo, 2007, e a CPI da Petrobrás, 2014, todas durante os governos petistas.

A atual CPI da Covid possui 11 titulares, todos senadores por ela ter origem em um requerimento no Senado. A maioria é oposicionista ao governo de Jair Bolsonaro ou independente em relação a ele. Omar Aziz (PSD-AM) é o presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) o vice-presidente e Renan Calheiros (MDB-AL) o relator.



Dentre as principais questões que emergiram durante os depoimentos prestados à comissão estão: a) a demora do governo em responder às ofertas da Pfizer sobre a compra de vacinas; b) a questão da falta de oxigênio em Manaus em janeiro de 2021, com toda a consequência das mortes correspondentes; c) a insistência do governo federal em um “tratamento precoce”, não indicado pelos especialistas em saúde.

Um dos principais argumentos do presidente Jair Bolsonaro para justificar sua ação durante a pandemia e eximir-se de culpabilidade sobre o cenário trágico que se abateu sobre o país está ligado ao STF (Supremo Tribunal Federal). Esse último, no início da pandemia – e dada a inação do governo federal – abriu espaço na lei para que prefeitos e governadores tomassem medidas diversas no combate à difusão do coronavírus.

A decisão do STF pode parecer um tanto duvidosa do ponto de vista de sua eficiência – já que levou a uma descoordenação total na escala nacional –, mas não eximia o governo federal das suas obrigações quanto à saúde pública. Afinal, como consta nos artigos 196 e 198 da Constituição brasileira, a garantia de saúde pública é uma obrigação do Estado brasileiro, seja nas suas esferas municipal, estadual ou federal, ou seja, a União.

Em nome da continuidade das investigações a CPI foi prorrogada em 90 dias, após o Senado aprovar o requerimento do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que solicitava o prolongamento da comissão, em 14 de julho de 2021.



ELEIÇÕES NO PERU BRASIL DE AMANHÃ?



Rejeição e polarização: essas foram as duas marcas das eleições presidenciais realizadas no Peru entre abril e junho de 2021. Rejeição: boa parte da população não votou nos dois candidatos mais bem colocados no 1º turno (11/04), Pedro Castillo e Keiko Fujimori, que conseguiram 18,9% e 13,4% dos votos, respectivamente. Polarização: o 2º turno (06/06) foi assinalado pelo acirramento da disputa entre os dois candidatos, com Castillo vencendo com uma margem de menos de 0,5% dos votos.

No 2º turno, boa parte dos eleitores escolheu um candidato apenas por sentir ojeriza ao outro. Keiko Fujimori é filha – e herdeira política – de Alberto Fujimori, outsider de extrema-direita que comandou o Peru entre 1990 e 2000, condenado à prisão por corrupção e violações aos direitos humanos.

Pedro Castillo é um outsider de outra cepa, admirador do chavismo (“socialismo do século XXI”), implantado no poder na Venezuela desde 1999, que levou a um cenário de graves violações aos direitos humanos, além de crise social, econômica e política.

Entretanto, existem semelhanças bastantes sintomáticas entre ambos. Os dois candidatos, Castillo e Fujimori, se colocam como defensores do conservadorismo nos costumes, em um país andino de maioria católica. São contra a união homossexual, o direito à interrupção da gravidez (aborto) e o que chamam de “ideologia de gênero”. Geograficamente, entretanto, existe uma cisão: Os votos de Keiko Fujimori se concentram na capital, Lima, e no litoral norte do Peru, enquanto o apoio a Pedro Castillo se estende pelas regiões andinas e mais pobres do país.





Pedro Castillo

O Peru vem passando por uma instabilidade em vários sentidos. O Peru é o país sul-americano mais afetado economicamente pela pandemia do novo coronavírus. Além disso, possui a maior taxa de mortes por 1 milhão de habitantes do mundo. Nos últimos anos, os ex-presidentes peruanos Alejandro Toledo (2001-2006), Alan García (2006-2011), Ollanta Humala (2011-2016) e Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018) foram investigados e condenados num escândalo de corrupção envolvendo a empreiteira multinacional brasileira Odebrecht. O país teve nada menos que 3 presidentes desde a saída de Kuczynski em 2018, com Martín Vizcarra, Manuel Merino e Francisco Sagasti. Ainda, não é a primeira vez nos últimos 50 anos que o Peru passa por bifurcações históricas radicais, muitas vezes atravessadas pela violência.

Entre 1968 e 1980, o Peru foi comandado por uma ditadura militar. Tratava-se de um regime nacionalista que organizou mudanças – como uma desastrosa reforma agrária – tentando agradar (e cooptar) setores à esquerda e à direita. O regime organizava a censura e a mobilização popular contra possíveis oposições (SINAMOS – Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social), mas também apoiava na violência contra as dissidências que apareciam.

Ao fim da ditadura, enquanto processos de redemocratização pipocavam pela América Latina, o país mergulhou numa década de governos de centro-direita e de centro-esquerda. Ainda, o processo sofreu um severo refluxo na década de 1990, com a ascensão de Alberto Fujimori. Descendente de japoneses, Fujimori concorreu às eleições de 1990 como um candidato da direita radical. Seu principal oponente era o laureado escritor peruano Mario Vargas Llosa, que seguia uma agenda liberal. O discurso de Fujimori o colocava como um outsider, que se dedicaria a lutar contra o establishment político peruano.



Keiko Fujimori

No poder, Fujimori corroe rapidamente as frágeis e recentes instituições democráticas peruanas, enquanto concentrava o poder nas suas mãos. Em 1992 fechou o Parlamento, que seria representante da “elite”, instituindo formalmente um regime autoritário, enquanto afirmava-se o puro representante do povo. Uma das justificativas para que seu governo de extrema-direita propagandeasse a necessidade de sua existência era a existência de um grupo guerrilheiro no território do Peru. O Sendero Luminoso era uma facção maoísta do partido comunista do país, que decretou a luta armada como forma de conquistar o poder. Na luta entre o governo e o Sendero, milhares de civis foram mortos no fogo cruzado.

Fujimori saiu do poder apenas em 2000, depois de 10 anos. Foi condenado em 2009 a 25 anos de prisão, envolvido em escândalos de corrupção e por graves violações aos direitos humanos cometidas em seu governo.



Entretanto, o fujimorismo se manteve como a principal força política no Peru após o desmonte do sistema político pelas denúncias de corrupção na década de 2010. No núcleo dessa tendência política: a rejeição à política em nome de uma pretensa pureza normal. Todavia, contradições existem: Keiko Fujimori – a filha do antigo líder – já foi presa acusada de envolvimento em escândalos de corrupção relacionadas à Odebrecht.

O Parlamento peruano tem um poder maior que suas contrapartidas no restante da América do Sul, onde vigora um presidencialismo mais estrito. Nos últimos anos o Parlamento peruano, que é unicameral, tem passado por uma profunda fragmentação, aumentando o teor da crise política no país. Isso enquanto diversos presidentes se sucediam atolados nas acusações de corrupção.

O candidato que enfrentou Keiko Fujimori nas eleições de 2021 foi Pedro Castillo. Esse último ganhou destaque liderando uma greve de professores em 2017, e se coloca como outsider pela esquerda, nunca tendo ocupado nenhum cargo público. Os dois candidatos são acusados de utilizarem uma linguagem populista.

O populismo tem como núcleo de seu pensamento – que pode ser utilizado por qualquer motor ideológico, seja de direita ou esquerda – a ideia de que existe um “povo puro”, contraposto a uma “elite corrupta”. Neste caso, o líder populista se coloca como o único representante da vontade popular, que irá defendê-la contra o “sistema”. Uma vez eleito, o líder populista se choca contra outros elementos básicos que garantem a democracia, como as instituições do judiciário e legislativo, os órgãos de investigação, a imprensa e a oposição. O líder populista não mede esforços em sua busca de governar sozinho, em nome da vontade popular absoluta.

Ao fim e ao cabo, Pedro Castillo foi eleito. Resta saber até que ponto irá governar respeitando a oposição e suas críticas, já que inspirado no chavismo venezuelano. Da mesma forma, fica em aberto até que ponto Keiko Fujimori respeitaria as instituições da democracia caso eleita. A democracia parece sob ataque no Peru, à direita e à esquerda.



TERRAS INDÍGENAS

A OFENSIVA DO GARIMPO ILEGAL



Em 2021, a atuação de garimpeiros ilegais em terras indígenas chegou ao nível de resultar em episódios de violência entre os criminosos e os defensores desses territórios, que possuem uma legislação específica de proteção. Os casos mais extremos envolvem as áreas onde vivem os yanomami, em Roraima, e os munduruku, no sudoeste do Pará.

O garimpo ilegal se expressa através de várias estratégias produtivas, em geral bastante danosas ao meio ambiente. No território Munduruku, por exemplo, ocorre tanto em terra firme como em balsas nos rios da região, aumentando ainda mais a contaminação das águas por mercúrio e outras substâncias.





Já na região onde vivem os yanomami a atuação chama a atenção pela escala: num garimpo fechado pela Polícia Federal havia uma estrutura – uma verdadeira “cidade” – para abrigar cerca de 2 mil pessoas. Restaurantes, hotéis, consultórios, por exemplo, estavam presentes para oferecer um aporte cotidiano.

Mas o que significa a Polícia Federal e por que ela está atuando nesse tipo de combate ao crime? A Polícia Federal está subordinada ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, que está sob comando do Palácio do Planalto (Executivo Federal). Todavia, a Polícia Federal possui autonomia investigativa: é uma polícia de Estado, e não de um governo.

Dentre as várias funções da Polícia Federal está o combate a crimes ambientais ou ao patrimônio histórico, já que estes funcionam como invólucros do interesse da União. As terras indígenas, por exemplo, segundo o inciso XI do artigo 20º da Constituição brasileira, constam como parte do patrimônio da União. Deste modo, a atuação do garimpo ilegal resulta tanto em um crime ambiental como lesa as terras indígenas, engatilhando a atuação da Polícia Federal.

Todavia, outros órgãos do Estado também são responsáveis em relação a esses temas. O Ibama, por exemplo, é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. Criado em fevereiro de 1989 como uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, o órgão tem como missão fazer cumprir a chamada Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981. Além disso, tem como uma de suas funções a concessão de licenciamento ambiental de empreendimentos, assim como o monitoramento da preservação ambiental e a avaliação da qualidade dos recursos naturais.



Além do Ibama, em 2007 foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também subordinado ao Ministério do Meio Ambiente. A função específica do ICMBio trata especificamente da gestão das unidades de conservação, que correspondem a quase 10% do território brasileiro, retirando essa atividade da área de atuação do Ibama.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) inclui Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre) e Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural). Entretanto, é importante ressaltar que as Terras Indígenas não ficam sob a alçada desse órgão, e possuem um histórico específico.

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tendo como primeiro diretor o oficial militar Cândido Rondon, que teve uma atuação importante na diminuição da violência contra os indígenas. O órgão tinha como função principal a proteção dos nativos e zelar sobre os rudimentos do que seriam a demarcação de suas terras. Todavia, depois da saída de Rondon, a rotina de corrupção no órgão e de massacres contra indígenas foi retomada.

Em 1967 foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), encarregada de exercer a proteção dos indígenas, a identificação e a demarcação de terras. Naquele momento histórico, entretanto, a ofensiva patrocinada pelo Estado no interior do Cerrado brasileiro não impediu inúmeros massacres contra os nativos.



Em 1973, ainda durante a ditadura militar, foi sancionado o Estatuto do Índio, que estabelece que os indígenas são “relativamente incapazes” e que o Estado deveria tutelá-los até que eles fossem assimilados. O fundamento da lei colocava no horizonte a meta de assimilação dos indígenas, como se eles não pudessem organizar-se politicamente e de forma autônoma para decidir sobre seu futuro.

A Constituição de 1988 rompe com essas legislações, reconhecendo os direitos permanentes dos povos indígenas às suas terras e à preservação de sua cultura e tradições.

A mudança de tom coloca em pauta a possibilidade de que os indígenas se organizem em busca dos seus direitos. De qualquer modo, um detalhe importante e contraditório considerável é que o Estatuto do Índio continua em vigor, e distorções importantes nos debates sobre o tema têm ocorrido nos últimos anos.



CUBA: APAGÃO DA DITADURA?



Em julho de 2021 cenas incomuns transcorreram nas ruas das principais cidades cubanas: protestos contra o governo. Na ilha – governada por um regime de partido-único – manifestações não são corriqueiras. Quando ocorrem são rapidamente reprimidas pelo governo, como em 2019: uma marcha pelos direitos LGBT, organizada pela Internet, foi interrompida pela polícia. Na repressão recente, o presidente Miguel Díaz-Canel acusou os manifestantes de serem “vermes contrarrevolucionários”, enquanto centenas eram presos.

O protesto começou em San Antonio de los Baños, cidade próxima a Havana, a capital. A insatisfação principal decorre do cenário de penúria econômica da ilha, agravado pela pandemia, com casos e mortes em crescimento no país. O governo cubano logo afirmou que os insatisfeitos na verdade são manipulados pelo “imperialismo”.

A imagem de “inimigos da pátria”, ainda usada pelo regime para rotular os opositores, faz parte de uma linguagem típica das ditaduras latino-americanas oriundas da Guerra Fria, quaisquer que fossem suas ideologias.

Sinais de maior ousadia pela oposição já transcorriam há alguns anos, principalmente através do Movimento San Isidro. O seu impulso proveio da campanha contra o Decreto 349, em 2018, que proibia os artistas de realizar qualquer atividade sem aprovação prévia do Ministério da Cultura. O pretexto do governo cubano: evitar qualquer manifestação artística “vulgar e obscena”. Pequenos protestos ocorreram em frente a esse ministério, como mobilização contra a censura governamental à expressão política e cultural. O batismo do movimento se deu utilizando o nome de uma parte da região histórica da capital, Havana Vieja, conhecida como San Isidro.





Logo os artistas passaram a sofrer pressões do Estado para “retificar” suas posições. O escritor Carlos Manuel Álvarez, integrante do Movimento San Isidro, deixou o país no início de 2021 por conta da perseguição governamental. Entretanto, a mobilização dos artistas deixou frutos que inspiraram os protestos atuais: um dos lemas entoados nas manifestações era “Pátria y Vida”, o título de um rap crítico ao governo.

O rap “Pátria e Vida” foi composto por Yotuel Romero, Descemer Bueno, a dupla Gente de Zona, além dos rappers Maykel Castillo Perez (Osorbo) e El Funky. Teve mais de 1 milhão de visualizações apenas em 72 horas depois do lançamento, e possui inúmeras críticas ao regime político cubano. O seu sucesso evidencia uma importante modificação que tem ocorrido na ilha nos últimos anos: a ampliação do acesso à Internet.

A internet foi aberta ao público em 2015, mas com conexão muito ruim. Ao fim de 2018, a companhia telefônica estatal passou a oferecer internet 3G nos celulares, ainda que os preços sejam caros para os cubanos. O acesso – aliado ao uso das redes sociais – tem permitido aos jovens um maior potencial de lazer, mas também de mobilização social. Todavia, para compreender a amplitude dessa mudança, é necessário recuar um pouco no tempo para evidenciar a especificidade cubana na América Latina.

O domínio espanhol sobre Cuba durou mais do que sobre todo o resto da antiga América Hispânica. A metrópole só se retirou da ilha caribenha em 1898, depois de um longo esforço em transformá-la na “joia da coroa”, investindo em educação, saúde e numa economia dinâmica, gerando uma sociedade cosmopolita. O lado sinistro da moeda: a escravidão durou até 1882.

A independência foi alcançada apenas em 1898, com o auxílio de uma intervenção americana contra as forças espanholas. Entretanto, Cuba logo se transformou num protetorado informal dos Estados Unidos, submetida à sua hegemonia, enquanto uma base militar americana era implantada na Baía de Guantánamo, ao sul da ilha. Apenas na década de 1930, com a “Política da Boa Vizinhança”, a influência direta americana ficou mais tênue, abrindo espaço para a ascensão do ditador Fulgêncio Batista.

Batista marcou em Cuba uma tradição de propaganda governamental: o mito da ditadura benevolente. No poder entre a década de 1930 e o fim dos anos 1950, Batista instituiu importantes reformas sociais e comandava uma nação que tinha alguns dos melhores indicadores sociais da América Latina e até do mundo. Dentre eles os de mortalidade infantil e alfabetização. Entretanto, utilizava isso como justificativa para o autoritarismo.



Fidel Castro (1926-2016)



O mesmo tipo de discurso foi brandido pelo regime ditatorial que o substituiu, a partir de 1959, sob o comando de Fidel Castro. Desde o início esse último adotou uma postura que desagradou aos Estados Unidos, enquanto alinhava-se – seguindo a lógica de ferro da Guerra Fria – ao modelo soviético. Em resposta, os americanos impuseram um severo embargo econômico a Cuba. Nas últimas décadas, esse último tem se atenuado: hoje em dia, os Estados Unidos funcionam como principal exportador de alimentos para a ilha.

Cuba entrou em profunda crise nos anos 1990, com o fim da União Soviética, sua principal parceira econômica. As manifestações de agosto de 1994, conhecidas como Maleconazo, foram severamente reprimidas, e os dissidentes incentivados a deixar o país. Fidel Castro deixou o poder apenas em 2008, nas mãos de seu irmão, Raúl Castro. Todavia, as reformas têm sido tímidas, tanto na economia como na política.

Ao final da década de 2010, iniciou-se uma transição de poder que tirou das mãos da família Castro o comando sobre a ilha. Em 2019, Miguel Díaz-Canel se tornou presidente, e alcançou o cargo de 1º Secretário do Partido Comunista Cubano em 2021. A fusão dos dois cargos num único indivíduo faz parte da lógica do sistema político da ilha: o Estado está fundido a um único partido, inexistindo real competição política e plural pelo poder.

Nas manifestações atuais, o Estado cubano continua acusando o parcial embargo econômico americano como o causador único dos problemas da ilha. Os manifestantes, entretanto, colocam cada vez mais na conta do governo a culpa pelas vicissitudes que enfrentam no cotidiano. Substituíram o lema “Pátria ou Morte”, de Fidel Castro, pelo “Pátria e Vida”, de um rap contestatório e irreverente.



HAITI: TERREMOTO NA POLÍTICA E ALÉM



Uma série de abalos sísmicos na esfera política têm sido a tônica em 2021, não apenas em Cuba, mas também no Haiti. O presidente haitiano, Jovenel Moïse foi assassinado em pleno palácio presidencial no início de julho. O susto da notícia pode ser amainado ao saber que boa parte das grandes cidades haitianas já se encontra sob o controle paraestatal de milícias privadas. Algumas delas já havia sido usada pelo próprio Moïse contra seus oponentes. Dessa vez, ele foi a vítima dos mercenários.

Com a morte do presidente, o primeiro-ministro que havia sido nomeado por ele alguns dias antes, Ariel Henry, assumiu o poder interino. No Haiti o sistema político e a sociedade continuam sob os escombros da desastrosa intervenção franco-americana de 2004, que derrubou o presidente Jean-Bertrand Aristide, e do terremoto de 2010, que resultou em mais de 200 mil mortos.

A insatisfação com o finado líder já se aprofundava desde 2018, quando grandes manifestações ocorreram acusando-o de corrupção. Foram severamente reprimidas pela polícia. A reedição dos protestos e da violência contra os insatisfeitos se deu nos anos seguintes, inclusive no início de 2021.



Jovenel Moïse



O regime haitiano é semipresidencialista, ou seja, o presidente não brilha sozinho, tendo que negociar a conviver com um primeiro-ministro relativamente forte. Moïse, entretanto, aprofundou a concentração de poder nas suas mãos, e conquistou mais inimigos. As eleições para renovar parte do Parlamento deveriam ter ocorrido já em 2019. A gravidade da crise política serviu como pretexto para postergá-las para um futuro incerto. A oportunidade estava aberta para que Moïse governasse sem os contrapesos do Legislativo. De qualquer forma, a morte do líder do país é mais um capítulo de uma história pontuada por golpes e tiranetes no país.

O Haiti surge da antiga colônia francesa de São Domingos. O uso intenso e brutal do trabalho escravo africano a tornou um celeiro global de produção açucareira. Todavia, a Revolução na metrópole, a partir de 1789, fez soprar novos ventos: Toussaint L'Ouverture, ex-escravo alfabetizado e versado nos escritos do Iluminismo, liderou uma rebelião de escravos.

Toussaint defendia uma união com a França, onde todos seriam iguais perante a lei. Apenas com a restituição da escravidão por Napoleão Bonaparte, ao fim da revolução, os haitianos lutaram arduamente e conquistam a independência, em 1803. Todavia, depois do início glorioso, o país mergulhou numa era de tiranetes e autoritarismo, temperado por intervenções estrangeiras, principalmente da França e dos Estados Unidos.

Como se não bastasse, a elite do país continuou marcada por uma cisão entre os "mulatos" e "negros ricos" que ainda marca a rivalidade política entre os seus integrantes.

Enquanto isso, à margem dos benefícios e privilégios que cada grupo conseguia do Estado, boa parte dos haitianos – não importando sua cor – continuou vivendo um cotidiano de pobreza e precariedade.

O país também foi atravessado pela lógica de ferro da Guerra Fria, que o enquadrou em um regime autoritário. A mais notável ditadura da história do Haiti ocorreu nessa época: a da família Duvalier, que comandou o país entre 1957 e 1986. François, o pai, e Jean-Claude, o filho, comandaram o país com o apoio americano, baseados em um exército fiel e nas milícias Tonton Macoute ("bichos-papões"). O exército também era um esteio do regime. Ao mesmo tempo os Duvalier manipulavam as tradições vodu – de origem africana – para criar um culto em torno de seu poder.

A ditadura cai depois de anos de protestos e em 1990 ocorrem as primeiras eleições. Jean-Bertrand Aristide, padre progressista, foi eleito e empossado, mas derrubado pelo exército – saudosista de seu poder sob os Duvalier – no ano seguinte.

No entanto, o governo de Bill Clinton (1993-2001) resolveu intervir para restabelecer a democracia, diminuir a instabilidade e evitar uma onda de refugiados haitianos para os Estados Unidos. Em 1994, os americanos afastam os militares do poder no Haiti e impõem o retorno à democracia e ao poder de Jean-Bertrand Aristide.

Aristide, todavia, se revelou uma decepção. Mesmo com alto grau de popularidade mostrou-se cada vez mais apegado ao poder e à busca por reeleger-se infinitamente. Enquanto isso, nos Estados Unidos,



George W. Bush (2001-2009) rompeu com a diplomacia colocada em prática pelo antecessor, assumindo uma postura ainda mais intervencionista por parte do governo americano.

O clima de guerra civil já se ampliava no Haiti, com o espectro do conflito entre o governo e a oposição. No rescaldo das intervenções no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), os Estados Unidos organizaram uma operação com apoio da França: convidar Aristide a se retirar da presidência haitiana.

O procedimento forçou Aristide ao exílio e colocou no poder a oposição. Para disfarçar a operação e apaziguar o cenário político, o novo governo convocou uma Missão de Paz da ONU para oferecer um véu de legitimidade à mudança de poder suspeita. Formou-se, deste modo, a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti). Na época, o governo brasileiro, preocupado em agradar aos Estados Unidos, aceitou com servilismo o convite americano para comandar a Missão.

A MINUSTAH serviu como experimento internacional da busca de reconstrução de um Estado falido e castigado pelo espectro da guerra civil. Entretanto, ao longo do tempo a missão da ONU acabou se tornando um grande esforço de segurança pública, e muito menos um empenho em auxiliar na construção das instituições do Estado. O próprio policiamento foi se desvanecendo pela presença da missão.

Quando a MINUSTAH se retira, em 2017, o país foi tomado por milícias privadas, que dominam as periferias e agem em nome de quem pagar mais. Com isso, a política haitiana se amalgamou ao funcionamento miliciano nos últimos anos. Enquanto isso, a população continua afundando na pobreza e no desamparo. Um novo terremoto em agosto de 2021 adicionou mais uma cama de escombros a uma nação em processo de desconstrução há décadas.





ORIENTE MÉDIO

ESTADOS UNIDOS E IRÃ: AS MARCAS DA RIVALIDADE

A pandemia colocou um véu de esquecimento e discrição a uma série de acontecimentos importantes que envolviam a relação entre o Irã e os Estados Unidos, dentro e fora do Oriente Médio. Em janeiro de 2020, um importante general iraniano, Qassam Suleimani, foi morto numa operação orquestrada por forças americanas. Suleimani era acusado pelos Estados Unidos de ser mentor e executor de uma política deliberada de incentivo a milícias pró-iranianas em todo o Oriente Médio, do Iraque ao Líbano, passando pelo Iêmen.



Dentre as respostas ao ataque, mísseis iranianos acabaram por acertar – “sem intenção” – um avião com 176 civis que partia de Teerã, a capital do país. Todos morreram. A crise entre os dois países continuou existindo no subterrâneo dos fatos que ficaram escondidos sob a emergência da pandemia. Em 2021, já durante o governo de Joe Biden, novos ataques de milícias pró-iranianas no Iraque a bases militares americanas elevaram o nível de tensão. A pergunta que fica é a seguinte: o que explica essa rivalidade geopolítica entre Estados Unidos e Irã?

O Irã é o herdeiro da antiga Pérsia. Seu histórico de especificidade cultural e civilizacional, que influenciou amplas zonas do Oriente Médio, da Ásia Central e do Subcontinente Indiano, não deixou de se manter mesmo depois de ser engolido pela expansão do islamismo. Uma evidência dessa busca por manter a singularidade dentro do conjunto maior do mundo muçulmano foi justamente a escolha pelo

islamismo xiita por parte do Estado persa, para se contrapor à vertente sunita do rival Império Turco-Otomano. Até hoje o Irã é o país com maior população xiita – que constituem a maioria dos habitantes do próprio país –, uma vertente que também está presente através de minorias importantes em países como Iraque e Líbano.

Ao longo da primeira metade do século XX, o Irã – nome adotado a partir da década de 1930 – transitou lentamente para uma monarquia parlamentar e laica, enquanto modernizava-se baseada nos recursos da enorme produção de petróleo. Todavia, em 1953, um golpe derrubou o líder Mossadegh, e abriu espaço para a consolidação de uma monarquia que cada vez mais concentrava o poder e aplicava medidas bastante autoritárias em relação à oposição, fosse ela comunista ou ultraconservadora e religiosa. Em plena Guerra Fria, o regime adotou uma clara posição pró-ocidental, transformando-se num dos pilares da influência dos Estados Unidos no Oriente Médio.

A avassaladora modernização autoritária, entretanto, cobrou seu preço. Ao longo da década de 1970, enquanto a produção de petróleo crescia de forma astronômica, o país urbanizava-se rapidamente. As cidades ficaram apinhadas com imensas periferias, de população pobre e de origem rural. Em meio ao desamparo econômico, as classes populares ficaram suscetíveis às redes de assistencialismo montadas pelos clérigos xiitas. As ideias plasmadas pelo conservadorismo religioso ganhavam audiência junto com a ajuda financeira e cotidiana aos pobres.

Enquanto isso, o regime do Xá – nomenclatura de origem persa para o monarca – se revelava cada vez mais bruto e corrupto. Entre 1978 e 1979 foi derrubado por um processo revolucionário que unia as mais diversas facções políticas. Todavia, a que acabou por se sobrepor, e sufocar todas as outras – inclusive liberais e socialistas –, foram os clérigos xiitas, liderados pelo aiatolá Ali Khomeini. Em menos de um ano o Irã se tornava uma República Islâmica.



O novo regime adotava uma postura antiamericana e antissoviética. A aplicação literalista de princípios do islamismo era a meta, obrigando, por exemplo, as mulheres a utilizarem o véu, no mínimo. Logo os Estados Unidos foram declarados o “Grande Satã”, o inimigo-mor, pelo governo iraniano. Em resposta, os americanos passaram a patrocinar o esforço de guerra do Iraque na sangrenta guerra contra o Irã (1980-1988). O conflito tornou ainda mais frias as relações entre os governos dos Estados Unidos e do Irã.

Ao longo das décadas, o Irã foi consolidando dois principais rivais regionais: Israel e a Arábia Saudita. No caso de Israel, a postura iraniana tem sido a de defender a extinção do Estado de Israel, afrontando-o diretamente. Entretanto, o caso da Arábia Saudita possui hoje reverberações mais diretas.

A monarquia saudita comanda o seu território como uma teocracia islâmica de base sunita, colocando-se como a principal potência sunita da região. Isso a coloca em rota de colisão direta com o Irã, que se arvora na posição de potência xiita.

A rivalidade entre o Irã e a Arábia Saudita se manifesta nos territórios dos outros países da região, onde, em geral, maiorias sunitas convivem com minorias numerosas de xiitas ou outros grupos. Ou seja, dentro de países como Iraque, Síria, Líbano ou Iêmen, diferentes facções recebem apoio saudita ou iraniano. No Líbano, o Irã apoia o Hizbollah, grupo fundamentalista islâmico xiita que surgiu na década de 1980, quando da invasão israelense ao território libanês, em plena guerra civil nesse último. O Hizbollah continua funcionando como milícia poderosa, principalmente ao sul do Líbano. No caso do Iraque, o país possui uma divisão territorial tríplice, com os curdos ao norte, os sunitas ao centro e os xiitas ao sul. É nessa região meridional que o Irã tenta ampliar sua influência, ajudando a formar milícias pró-iranianas.

Entretanto, no sentido humanitário, o caso mais grave é o do Iêmen. Esse país – a única república da península arábica – se encontra em guerra civil desde 2015. Irã e Arábia Saudita apoiam diferentes facções, transformando o território iemenita em campo de batalha. Em jogo: o desenho das áreas de influência regional dos iranianos e sauditas. O espectro da fome gera no Iêmen uma das maiores crises humanitárias atuais.

Uma possível aproximação dos Estados Unidos com o Irã ocorreu em 2015, quando um acordo diminuiu as chances desse último desenvolver armas nucleares em troca de menores sanções econômicas por parte dos americanos. A recusa de Donald Trump manter os Estados Unidos no acordo esfriou ainda mais a relação entre os dois países. Resta ainda saber qual será a atitude de Joe Biden em relação ao país.



ISRAEL E HAMAS: GUERRA INFINITA?



Em uma guerra de 15 dias, o Estado de Israel e o grupo jihadista Hamas se enfrentaram mais uma vez. O conflito, ocorrido em maio de 2021, é uma reedição parecida do que já havia se dado em 2014, 2012 e 2009. Os foguetes do Hamas partiam da Faixa de Gaza, região que controla desde 2007, em direção a Israel. Todavia, sua maioria foi interceptada pelo chamado “Domo de Ferro”, um sistema de defesa construído pelo país com o apoio dos Estados Unidos.

Do lado israelense agia o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, prestes a ser retirado do poder por uma coligação ampla: precisava de um evento extremo para manipular o fervor patriótico em nome de seu governo cambaleante. Do lado palestino, um Hamas preocupado em fazer de tudo para frear os Acordos

de Abraão: a aproximação entre Israel e inúmeros Estados árabes que vem ocorrendo nos últimos anos. Em ambos os lados a voz e a vez é a dos mais radicais, empurrando qualquer compromisso de paz não mais para o futuro, mas para o impossível.

Nada podia ser mais diferente do clima que vigorou entre 1993 e 1995. Aqueles foram os anos dos Acordos de Oslo. Yitzhak Rabin – líder israelense – e Yasser Arafat – representante da Organização para Libertação da Palestina (OLP) negociaram com a mediação dos Estados Unidos. O resultado foi um compromisso de que o Estado de Israel se retirasse da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, abrindo espaço para que elas se transformassem num Estado palestino. Durante a transição, vigoraria nessas duas uma espécie de proto-governo árabe: a Autoridade Nacional Palestina (ANP).





Benjamin Netanyahu

Nos anos posteriores, qualquer proximidade com essa meta foi anulada pela radicalização dos dois lados. Em Israel ganhou força o Likud, partido da direita nacionalista que defende a implantação de assentamentos judaicos por toda a Cisjordânia. Seu expoente, Benjamin Netanyahu defende uma abordagem militarista contra os palestinos.



Yasser Arafat

Enquanto isso, dentre os palestinos perdia força o partido nacionalista e laico que tinha em geral os representado: o Fatah, de Yasser Arafat. Ao longo das décadas cresceu a influência do grupo terrorista Hamas. Enquanto o primeiro defende a criação de um Estado palestino – como um vizinho do Estado de Israel –, o segundo defende a extinção do Estado de Israel, em nome do fundamentalismo religioso. Deste modo, o Hamas abandonou a meta de um Estado para a nação palestina em nome de sua versão radical do islamismo como identidade.

As rivalidades na região já estouravam há 100 anos. Com um “Mandato” sobre a Palestina a partir de 1920, o Reino Unido piscou para os dois lados: prometeu a judeus europeus que ali poderiam concretizar seu sonho de ter um Estado e afirmou para os árabes que faria de tudo para frear a migração de judeus. O Holocausto – que massacrrou cerca de 6 milhões de judeus em solo europeu – serviu como sinal para a necessidade de criação de um Estado judaico após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Atacado por judeus e árabes, o Reino Unido joga no colo da recém-criada Organização das Nações Unidas a busca por soluções. O plano de partilha da ONU, de 1947, previa a divisão da Palestina em um Estado judeu e outro árabe.

Com a retirada britânica, no ano seguinte, os judeus declaram a criação de Israel, enquanto os árabes-palestinos não aceitam a divisão e conclamam os vizinhos árabes – Egito, Jordânia, Síria – para extinguir o recém-criado Estado judeu. O conflito termina apenas no ano seguinte, com uma ampliação de Israel e a anexação dos territórios de maioria árabe-palestina pelo Egito (Faixa de Gaza) e pela Jordânia (Cisjordânia).

Em 1967, uma nova guerra entre os mesmos atores coloca sob ocupação militar de Israel os territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Na reedição do conflito, em 1973, ocorre um impasse militar que obriga a aproximação de Israel com o maior e mais poderoso Estado árabe da época: o Egito. Em 1979 ambos firmam um acordo de paz.

Enquanto isso, os palestinos cada vez mais se ressentiam de serem apenas manipulados pelos vizinhos árabes sem conseguir qualquer conquista efetiva de um Estado para si. Ao longo das décadas, entretanto, o líder palestino Yasser Arafat – do partido nacionalista e laico Fatah – percebe que a paz com Israel seria um pressuposto básico para a criação de um Estado palestino.

Entretanto, inúmeras pedras surgiram nos sapatos de todos. A partir de 1977, o governo israelense – nas mãos do Likud – passou a criar cada vez mais assentamentos judaicos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. O descontentamento gerado por esse processo no lado palestino foi a matéria-prima para o surgimento do Hamas na década seguinte.

A dificuldade em se alcançar a tão sonhada Solução dos Dois Estados – como inscrita nos Acordos de Oslo (1993/1995) – ficou logo evidente.

Em 4 de novembro de 1995, o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, responsável pelos acordos sobreditos, foi assassinado por um supremacista judaico que recusava qualquer paz com os palestinos.

Do lado palestino os ânimos apenas pioraram. Enquanto Israel se retirava completamente da Faixa de Gaza, ao longo de 2005, o Hamas tornava essa última um baluarte do seu poder. Enquanto isso, o Fatah continuava controlado a Cisjordânia, ainda sob ocupação israelense. Com as lideranças palestinas divididas entre esses principais grupos, ficou cada vez mais difícil manter os compromissos acordados anteriormente com Israel.

Enquanto o Hamas tornava-se uma ameaça cada vez mais à segurança de Israel, Benjamin Netanyahu girava cada vez mais o parafuso para evitar qualquer implementação da paz dos dois Estados com os palestinos. Insistiu em declarar Jerusalém “indivisível”, o que é incompatível com o desejo palestino de que Jerusalém Oriental seja a capital do seu futuro Estado. Foram justamente protestos palestinos contra a arrogância de Netanyahu sobre esse tema que serviram como desculpa para que o Hamas deslançasse sua ofensiva ao início de maio de 2021.



PRIMAVERA ÁRABE

10 ANOS DEPOIS



A Primavera Árabe, centrada no ano de 2011, foi um fenômeno histórico notável pela sua unidade e diversidade: Unidade: se espalhou por quase todo o “mundo árabe” como uma série de manifestações, das monarquias do Golfo Pérsico ao Marrocos. Diversidade: suas consequências foram as mais diversas em cada país, com ditaduras derrubadas, guerras civis e novas ditaduras surgidas de acordo com a dinâmica das diferentes nações. Todavia, uma década depois, toda a região parece ter entrado em um longo outono, novamente sob o peso de regimes autoritários, temperados pelo conservadorismo religioso e pela corrupção.

Ser árabe significa pertencer a um povo, e não a uma religião: a maioria é islâmica – um sinônimo de muçulmana –, mas milhões também são cristãos, por exemplo. O “mundo árabe” em si é uma coleção de regiões bastante diversas, mas que tem em comum o passado vinculado à expansão árabe-muçulmana iniciada no século VII d.C.



No seu setor leste compreende parte do Oriente Médio, desde a Península Arábica, onde ficam Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Omã e Iêmen, até a Mesopotâmia (o Iraque atual) e o chamado Levante (Síria, Jordânia e Líbano). No seu extremo-oeste, engloba o chamado Maghreb, composto por Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. Entre o leste e o oeste há um grande centro cujo eixo é o Vale do Nilo, que atravessa o Egito, o mais populoso país árabe, e o seu vizinho ao sul, o Sudão.

Esse fator é importante para recordar que nem todos os países do Oriente Médio, por exemplo, são árabes, como Israel, Turquia e Irã, mesmo que esses dois últimos sejam majoritariamente muçulmanos. Na vertente sunita, no caso turco, e na vertente xiita, no caso iraniano.

Até o início do século XX, boa parte do mundo árabe estava sob domínio do Império Turco-Otomano – quase toda a Península Arábica, Levante e Mesopotâmia – ou de potências europeias: o Egito era um protetorado britânico, o mesmo status que Marrocos, Argélia e Tunísia tinham para a França, enquanto a Líbia foi conquistada pela Itália. Sufocados pelo domínio imperial, inúmeros intelectuais despontavam na região defendendo um grande levante “árabe”.

Em meio à 1ª Guerra Mundial (1914-1918), surgiu a oportunidade. A Revolta Árabe de 1916 se espalhou pela Península Arábica e pelo Levante, com apoio britânico, destruindo as bases do poder turco. Entretanto, cedo demais para comemorar: enquanto a Turquia perdia os domínios árabes que dispunha, eles eram anexados sob a forma de “Mandatos” para ingleses e franceses, vencedores da grande guerra. Síria e Líbano acabaram sob as asas da França, enquanto o Reino Unido recebeu o Iraque, a Jordânia e a Palestina.

No pós-2ª Guerra Mundial (1939-1945), duas mudanças importantes ocorreram: a independência das nações árabes, em relação às potências europeias enfraquecidas, e a criação do Estado de Israel. As novas nações, recém-surgidas, trataram a criação de Israel – um Estado judeu – como uma agressão imperial europeia renovada. A frustração dos líderes árabes de não terem conseguido impedi-la acendeu a chama do “nacionalismo árabe”, ou “pan-arabismo”. O líder egípcio Gamal Abdel Nasser foi o principal expoente dessa ideia, de que todas as nações árabes deveriam solidarizar-se, unificando seus esforços em nome dos seus interesses.

Todavia, unidade foi o que menos ocorreu no mundo árabe. Durante a Guerra Fria, os países se dividiram em dois grupos. As repúblicas nacionalistas inspiradas no socialismo de um lado – conseguindo um geral apoio soviético – e as repúblicas nacionalistas mais liberais de outro, conseguindo apoio americano, assim como as monarquias conservadoras do Golfo Pérsico. De um jeito ou de outro, nenhum Estado árabe poderia ser qualificado como uma democracia: os países que eram repúblicas eram todos ditaduras – mesmo que laicas –, reprimindo a todos, desde os comunistas aos islamistas conservadores; enquanto as monarquias árabes se baseavam todas nos princípios mais tradicionais do islamismo.

Com o fim da Guerra Fria, a maioria dos regimes ditatoriais do mundo árabe perde a sustentação que possuía, fosse dos Estados Unidos ou da antiga União Soviética, que desapareceu. Os regimes se tornaram fósseis, corruptos, apenas preocupados com a sua manutenção. A Primavera Árabe veio para questionar essa realidade.

O estopim: em dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, jovem tunisiano, vendedor ambulante, se autoimola ateando fogo ao próprio corpo, em protesto por ter seu carrinho de venda de frutas pela polícia. Seu funeral reuniu milhares de pessoas. Logo começaram grandes manifestações contra a ditadura combatida de Zine Ben Ali, que estava no poder desde 1979.

Em 14 de janeiro de 2011 Ben Ali fugiu da Tunísia. O exemplo logo se espalhou: em 25 de janeiro, manifestações encheram a praça Tahrir, no Egito, exigindo a

derrubada do ditador Hosni Mubarak, no poder desde 1981. Em 11 de fevereiro, Mubarak renunciou. Apenas 4 dias depois começaram manifestações na Líbia contra o ditador Muammar Kaddafi, que comandava o país desde 1969. Em outubro do mesmo ano, depois de uma breve guerra civil, Kaddafi saiu do poder, morto.

Entretanto, a onda de otimismo não passou daquele ano. A Tunísia conseguiu se transformar numa democracia pluripartidária, mas apenas ela. A Líbia afundou numa nova guerra civil, que dura desde 2014. No Egito, um golpe militar, em 2013, colocou de volta os militares no poder, que ocupam desde então. No Iêmen, a derrubada do regime de Ali Saleh, no poder há 3 décadas, não impediu que o país entrasse em guerra civil em 2015, atravessado por grupos apoiados pela Arábia Saudita e pelo Irã, rivais regionais. Na Síria, as grandes manifestações contra a ditadura da família Assad, no poder desde 1971, foram apenas o marco inicial de uma guerra civil que iniciou em 2011 e ainda não acabou, com seu rastro



de 500 mil mortos.

A esperança, entretanto, é a última a sucumbir. Grandes manifestações conseguiram retirar do poder Abdelaziz Bouteflika, na Argélia, em 2019. O papel amplo das mulheres nas manifestações



TERRA: O PLANETA DO DESLOCAMENTO FORÇADO



Deslocamento forçado: é essa a realidade de 1 a cada 95 pessoas no mundo. Isso significa que cerca de 82 milhões de indivíduos foram coagidos a deixar seus locais de origem e continuam à espera de retorno ou reassentamento. O número compreende tanto refugiados – que se deslocam entre nações –, como deslocados internos – que vagam dentro de um país –, solicitantes de asilo, além dos casos específicos dos milhões de venezuelanos que têm recorrido aos Estados vizinhos ao fugir da situação de calamidade social e político vigente.

Os dados foram revelados pelo relatório anual do ACNUR (Alto-Comissariado da Organização das Nações Unidas para os Refugiados), publicado em 2021 e relativo ao ano de 2020. A marca da pandemia já pode ser observada por trás dos números: o total de refugiados não cresceu tanto quando comparado ao de deslocados internos.

A explicação é a de que muitos Estados – sob pretexto da emergência sanitária global – fecharam suas fronteiras como forma de manter fora de seus territórios solicitantes de asilo e refugiados. Impedidos de deixar as nações onde são perseguidos ou vivem em situação de vulnerabilidade, os indivíduos e suas famílias não tem outra saída a não ser vagar dentro do próprio território do país.

Política xenófobas que visam impedir a entrada de estrangeiros não são nenhuma novidade. Há mais de 5 anos o governo da Austrália, por exemplo, possui um acordo com dois países pobres da Oceania – Nauru e Papua Nova-Guiné. Quando imigrantes e refugiados são interceptados por forças australianas tentando chegar ao país podem ser realocados e concentrados em “campos” nas duas nações sobreditas. O modelo australiano de “exportação de refugiados” está sendo estudado pelo Reino Unido e pela Dinamarca.





Entretanto, engana-se quem imagina que a maioria dos refugiados se encontra em países ricos e desenvolvidos. Em geral, ao fugir de um contexto de insegurança crônica, as pessoas buscam refúgio no país mais próximo. Isso faz com que as nações que mais abrigam refugiados sejam as vizinhas daquelas de sua origem.

Por exemplo, Turquia, Colômbia, Paquistão e Uganda são os países que mais abrigavam refugiados em 2021, justamente por serem, respectivamente, vizinhos de Síria, Venezuela, Afeganistão e Sudão do Sul, regiões de repulsão populacional atualmente. Mas inúmeros outros exemplos graves devem ser destacados, como as centenas de milhares de Rohingya – minoria muçulmana que habita Mianmar – que tem sido sistematicamente expulsos desse país em um processo de limpeza étnica patrocinado pelo Estado. A grande maioria está alojada em enormes campos de refugiados no vizinho Bangladesh.

Quando a questão diz respeito aos deslocados internos a Colômbia entra como líder – com mais de 8 milhões –, uma das marcas mais trágicas de suas quase cinco décadas de conflito interno (1964–2016). Em segundo lugar aparece a Síria, cuja guerra civil dura desde 2011, seguida pela República Democrática do Congo, que passou por anos sinistros de conflito interno e guerra contra vizinhos entre 1997 e 2003, com vastas regiões ainda cheias de tensões desde então. Logo atrás aparecem o Iêmen, em guerra civil desde 2015, seguido pela Somália, Afeganistão, Etiópia e Nigéria.

A década de 2010, deste modo, foi uma “tempestade perfeita” de conflito espalhados pela África Subsaariana, África do Norte e Oriente Médio, do Sudão do Sul à Síria. O resultado: muitos refugiados iniciaram uma jornada para alcançar os países europeus, onde as oportunidades de começar uma vida melhor seriam maiores.



A União Europeia não possuía uma política única para os refugiados no que dissesse respeito ao bloco como um todo. Cada país adotou as políticas mais erráticas, desde as claramente xenófobas – como na Hungria – às mais acolhedoras, como a Alemanha, que recebeu mais de 1 milhão de pessoas por volta de 2015. Todavia, os partidos que canalizam o ressentimento social na abominação aos estrangeiros passaram a exigir uma política mais dura do bloco para com os refugiados.

O principal alvo era o Espaço Schengen, o mecanismo acordado na década de 1980 que permite a livre circulação entre – a maioria – dos membros do bloco. Ou seja, os imigrantes e refugiados entravam principalmente pela Grécia – vindos da Síria



e do Iraque através da Turquia, que não é membro do bloco europeu – e depois se espalhavam pelo restante da União Europeia por conta do mecanismo previsto no Espaço Schengen.

Para conter a crise, enquanto membros fechavam de forma unilateral suas fronteiras, o bloco fez um acordo com o líder autocrata turco Recep Erdogan, em 2016. A Turquia manteria os imigrantes e refugiados dentro de seu território – impedindo que entrassem na União Europeia via Grécia – enquanto o bloco europeu acenaria a ela com fartos financiamentos. Desde então, Erdogan tem utilizado a sua “válvula” de despejo de imigrantes como moeda de barganha para conseguir do bloco europeu mais recursos financeiros.

Enquanto isso, muitos imigrantes tentavam outra rota, ainda mais perigosa. A Líbia – que se localiza na posição oposta à Itália no Mediterrâneo – está em guerra civil desde 2014. Corroída entre um Estado que não governa o país todo e milícias espalhadas pelo seu território, ela se tornou uma rota preferencial para imigrantes e refugiados vindos principalmente do continente africano – seja de sua ala norte ou subsaariana.

O problema mais grave é que muitos desses imigrantes e refugiados são capturados pelas milícias que atuam na Líbia, sofrendo os mais avariados abusos. Como se não bastasse, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras (FRONTEX), está atuando em parceria com a Guarda Costeira da Líbia para impedir que imigrantes e refugiados desembarquem na Europa, o que obrigaria os seus países-membros a acolher de alguma forma os indivíduos. Os refugiados e imigrantes capturados são desembarcados em “campos de detenção”, cuja administração está nas garras das milícias que lutam na sangrenta guerra civil líbia. Nos campos de detenção, há falta geral de alimentação, higiene e assistência de saúde, além dos detentos serem submetidos a trabalho forçado, análogo à escravidão, abuso sexual, aliciamento armado, extorsão e execuções sumárias.



GUERRA CIVIL NA SÍRIA: 10 ANOS



A Síria completa 10 anos de guerra civil e instabilidade política. O país, cuja capital, Damasco, é um símbolo de diversidade religiosa e cultural, encontra-se atravessado pelo trauma: 500 mil mortos, cerca de 6 milhões de deslocados internos. Em torno de 6 milhões de refugiados sírios vivem principalmente nos países vizinhos, como Turquia, Líbano e Iraque, sem contar os que foram tentar a sorte no continente europeu.

Atualmente, o governo sírio controla boa parte do território do país. As exceções: uma faixa de fronteira ocupada pela Turquia, uma zona ao redor de Idlib tomada por rebeldes, a região de Rojava, onde predominam as forças curdas.

O Estado Islâmico praticamente foi expulso do território da Síria. Para compreender como chegou-se à situação atual, é preciso recuar um pouco no tempo para compreender as causas da guerra mais sangrenta do século XXI, por enquanto.

Na década de 1960, o partido Baath tomou o poder na Síria. Sua ideologia: uma mistura de nacionalismo árabe – em geral, laico, ou seja, separado de qualquer intenção religiosa – com o socialismo. Em 1970, o governo do Baath se tornou uma ditadura militar, comandada por Hafez al-Assad. Externamente, o ditador aproximou-se da União Soviética e – a partir de 1979 – do Irã, já tomado pela Revolução Islâmica.



Por que isso é importante? Pois na guerra civil recente (2011-2021), tanto o Irã como a Rússia – herdeira da União Soviética – ofereceram apoio essencial à ditadura síria de Bashar al-Assad, que subiu ao poder em 2000, depois da morte do pai, Hafez.

O regime dos Assad manteve-se como uma ditadura apoiada no partido Baath e na própria família governante, reprimindo com força qualquer dissensão à esquerda ou à direita, como os conservadores islâmicos. A contestação explodiu em 2011, no contexto da Primavera Árabe, um conjunto de grandes manifestações no mundo árabe questionando governos autoritários e corruptos. Entre janeiro e fevereiro daquele ano, caíram os ditadores Ben Ali, na Tunísia, e Hosni Mubarak, no Egito. Logo protestos começaram na Síria, severamente reprimidos pelo governo de Bashar al-Assad.



Hafez al-Assad

Uma dissidência nas forças armadas, formando o Exército Livre da Síria (ELS), se insurge contra o governo, iniciando a guerra civil. Os rebeldes tomam a importante cidade de Aleppo em 2012, mesmo ano que o

governo sírio passa a ter a ajuda do grupo armado libanês Hizbollah. Enquanto o país mergulhava no caos, se espalhou o terror do Estado Islâmico (ISIS), que visava derrubar a ditadura dos Assad para impor sua ideologia obscurantista.

O Estado Islâmico surgiu como dissensão dentro da Al Qaeda em meio ao caos do Iraque pós-intervenção militar americana. No momento em que a Síria entra em guerra civil, o grupo passa a se expandir na interface entre os territórios sírio e iraquiano, aproveitando-se da retirada parcial das forças americanas do Iraque durante o primeiro governo de Barack Obama (2009-2013). O Estado Islâmico passa a impor o terror sobre as áreas dominadas, principalmente sobre as mulheres, os homossexuais e qualquer dissidência à sua versão radical do islamismo.

Em 2013, mesmo ano em que o governo sírio é acusado de usar armas químicas contra civis, os Estados Unidos anunciam uma intervenção militar para combater o Estado Islâmico, que estava em franca expansão. A situação era delicada, pois o



Barack Obama

governo americano era tanto contra o grupo terrorista como contra a ditadura dos Assad, bombardeando posições de ambos ao mesmo tempo. O auge do poder do ISIS se dá na virada para 2015, quando toma a importante cidade de Mossul, no Iraque. Entretanto, naquele mesmo ano, Assad consegue uma virada a seu favor: a Rússia passa a intervir em auxílio ao ditador, contra os rebeldes e o Estado Islâmico.






Todavia, o verdadeiro recuo do Estado Islâmico ocorre a partir de 2016: através das mãos dos curdos, armados pelos Estados Unidos. Os curdos formam uma nação sem Estado, que vive entre os territórios de Turquia, Síria, Iraque e Irã. Os curdos sírios, que vivem na região de Rojava, sempre foram marginalizados pela ditadura Assad, e estavam sofrendo muito com a ascensão do ISIS: eram o parceiro perfeito para os americanos, pois faziam oposição tanto ao governo sírio como ao grupo terrorista. Em pouco mais de 3 anos, as forças curdas – fartamente armadas pelos Estados Unidos – conseguiram bater o ISIS da maioria das suas zonas de ocupação, já ao longo de 2018.

Enquanto isso, o governo sírio – fartamente armado pela Rússia – alcançava lentamente o objetivo de fazer recuar as forças rebeldes, que ficaram restritas ao domínio de uma zona mais ao noroeste do país, apoiadas pela Turquia. O governo turco, de Erdogan, vê no patrocínio informal a esses rebeldes como uma forma de continuar influenciando na política da região. Mas a verdadeira questão para a Turquia é outra, e envolve os curdos.

A Turquia viu com maus olhos a decisão americana de armar os curdos contra o Estado Islâmico. O motivo: o governo turco receia de que isso incentive os curdos que vivem em território da Turquia a buscarem algum tipo de autonomia, inspirados nos curdos da região síria de Rojava. A oportunidade perfeita para agir veio com uma decisão desastrada de Donald Trump.

Em outubro de 2019, em uma postura isolacionista, Trump anunciou a retirada das forças americanas que apoiavam os curdos de Rojava. No dia seguinte, a Turquia invade o território sírio para criar uma “zona de segurança” para separar o seu território das zonas ocupadas pelas forças curdas. A ação americana de retirada foi vista pelos curdos como uma evidente “traição”. Deste modo, ficaram presos entre o exército turco e as forças armadas sírias, hostis ao controle autônomo que os curdos exercem sobre o território de Rojava.

A guerra civil na Síria gerou indescritíveis sofrimentos para o povo sírio. A destruição material se somou às enormes perdas humanas – tanto no número de mortos como naqueles que fugiram do país ou que tiveram de apelar para o deslocamento interno. A ditadura de Bashar al-Assad continua de pé, e o espectro da ação de grupos fundamentalistas islâmicos continua no horizonte. Na Síria, a chamada “Primavera Árabe” se revelou um verdadeiro inverno.

A woman wearing a black hijab is shown from the chest up, her face completely obscured by her hands. She is wearing a silver watch on her left wrist and a ring on her left hand. The background is dark and textured.

TALIBÃ NO PODER
GUERRA ÀS
MULHERES



Cenas terríveis em Cabul, capital do Afeganistão. O grupo fundamentalista religioso Talibã tomou o poder (15/08) na cidade, consolidando seu retorno ao comando do país. Há duas décadas havia sido derrubado por uma intervenção militar americana – com apoio ocidental – e se refugiou nas franjas montanhosas e desérticas da nação, assim como em territórios do vizinho Paquistão. Com a retirada das forças armadas dos Estados Unidos, ao longo de 2021, as milícias talibãs levaram a cabo uma avassaladora ofensiva, conquistando o território afegão.

A retirada das forças ocidentais é uma obra conjunta de dois presidentes americanos: o republicano Donald Trump e o democrata Joe Biden. O primeiro organizou um inédito acordo entre os Estados Unidos e a alta cúpula do Talibã, em fevereiro de 2020. A superpotência se comprometia a deixar o Afeganistão, enquanto os fundamentalistas a negociar com o governo afegão, e não apenas atacá-lo.

Os talibãs não cumpriram sua promessa, longe disso. Joe Biden, que sucedeu Trump, poderia muito bem manter destacamento americanos para evitar a chegada do Talibã ao poder. A escolha de Biden foi por manter a estratégia trumpista, num “America first” pouco disfarçado. Ordenou a aceleração da retirada americana, engatilhando uma ofensiva mais rápida do Talibã.

Qual o trauma que envolve o Talibã? Em sua primeira vez no poder, entre 1996 e 2001, o grupo impôs uma visão obscurantista e literalista da religião islâmica ao Estado. As mulheres se tornaram as maiores vítimas, mesmo que não as únicas: foram proibidas de acessarem a educação, a saúde, o mercado de trabalho e também foram estimuladas de forma coercitiva a não saírem às ruas.

O retorno do Talibã traz de volta o espectro sombrio dessas atitudes por parte do poder.

A saída norte-americana deixa um vácuo de poder na Ásia Central logo preenchido. O Afeganistão se localiza numa posição curiosa geoestrategicamente: entre a China, o Subcontinente Indiano, o Irã e três ex-repúblicas soviéticas. Como cada um irá lidar com o vizinho repaginado pelo fundamentalismo islâmico?

A China teme pelos uigures, população muçulmana que é maioria na província de Xinjiang, na fronteira com o Afeganistão. O Estado chinês reprime qualquer atitude separatista por parte dessa população, internando aproximadamente 1 milhão deles em “campos de reeducação”, tratando – de forma preconceituosa – o islamismo como uma porta de entrada mais suscetível ao terrorismo.

O Talibã irá incentivar os uigures à rebelião contra a China? É isso que as autoridades dessa superpotência querem evitar a todo custo aproximando-se – de forma vigilante – do novo governo afegão.

A Rússia de Vladimir Putin também teme. Sua política externa atual se baseia na ideia de hegemonia natural sobre as ex-repúblicas soviéticas, inclusive as três que fazem fronteiras com o Afeganistão: Uzbequistão, Turcomenistão e Tadjiquistão. Os russos receiam que o Talibã infiltre jihadistas islâmicos nessas repúblicas, tornando-as instáveis e de difícil obediência aos ditames russos. E o temor não é menor no Irã. Esse último é uma teocracia islâmica xiita, diferente do Talibã, que prega uma versão obscura do islamismo sunita.





Esse grupo radical reprime historicamente os hazarás – minoria xiita que vive no Afeganistão – recebendo como resposta a desconfiança iraniana, que se vê como protetor das comunidades não-sunitas não apenas no Oriente Médio, mas também na Ásia Central.

O Paquistão não é menos importante. Primeiro fator: foi a elite militar e a força de inteligência paquistanesa que modelou o Talibã na década de 1990 para infiltrar sua influência no poder afegão. A meta: transformar o Afeganistão numa área de influência paquistanesa, gerando “profundidade estratégica” em um eventual conflito contra sua maior inimiga, a Índia. Mas em qual contexto histórico especificamente isso ocorreu? É preciso recuar um pouco no tempo.

O Afeganistão, durante o século XIX, era um zona confusa entre as áreas de influência persa, chinesa, e, principalmente, russa e britânica. Para evitar maiores conflitos, os britânicos resolveram transformar o território em um “Estado-tampão” que amortecesse o contato entre os impérios. Surgia a monarquia afegã, com um sério problema: uma das suas etnias principais – os pashtun – ficaram divididos pelos limites criados pelos britânicos. Ou seja, parte se manteve sob domínio do Reino Unido – no que depois se tornaria o Paquistão – e a outra restou no território do novo reino afegão. O país se modernizou lentamente na primeira metade do século XX, mas na década de 1970 já eram visíveis os traços de novos tempos: as mulheres acessavam cada vez mais a educação, e desafiavam os costumes tradicionais utilizando menos o véu.



O pesadelo chegou ao fim dos anos 1970. Uma ditadura militar pró-soviética foi implantada e, em meio à crise política que se seguiu, os soviéticos invadem o Afeganistão em 1979 para auxiliar o governo a se manter no poder. Durante a invasão soviética, Paquistão, Estados Unidos e China apoiaram os grupos mujahedeen (“combatentes”) contra os invasores, que só deixaram o Afeganistão em 1989. Mais de 1 milhão de civis morreram durante essa guerra. Ao seu fim, o país mergulhou em mais sete anos de guerra civil entre os diferentes grupos mujahedeen, atravessados por rivalidades étnico-religiosas.

Militares paquistaneses apoiaram a doutrinação ideológica de afegãos pashtuns em madrassas islâmicas e os armaram para invadir se infiltrar no Afeganistão em meio ao caos da nova guerra civil. Eram os Talibãs, os “estudantes”, que tomam o poder na capital afegã, Cabul, em 1996.

Só saíram de lá em 2001, depois de darem base à Al Qaeda, que organizou os atentados terroristas de 11 de setembro daquele ano. Em menos de um mês, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão e apearam o Talibã do poder.

O exército nacional formado nesses anos 20 anos de intervenção ocidental se revelou um verdadeiro “tigre de papel” frente aos Talibãs, corroído por divisões étnicas e pela corrupção. Em 20 anos de intervenção, o Ocidente falhou em auxiliar à reconstrução da nação afegã. A bandeira dessa última foi substituída pelos símbolos religiosos do Talibã imediatamente ao tomar o poder. O seu desejo: descer sobre a nação um véu formado pelos trapos de uma versão distorcida da religião.



FENÔMENOS EXTREMOS E O AQUECIMENTO GLOBAL



O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), órgão responsável por monitorar as emissões de gases do efeito estufa e as mudanças climáticas globais, publicou seu mais recente relatório em agosto de 2021, e seu teor é preocupante!

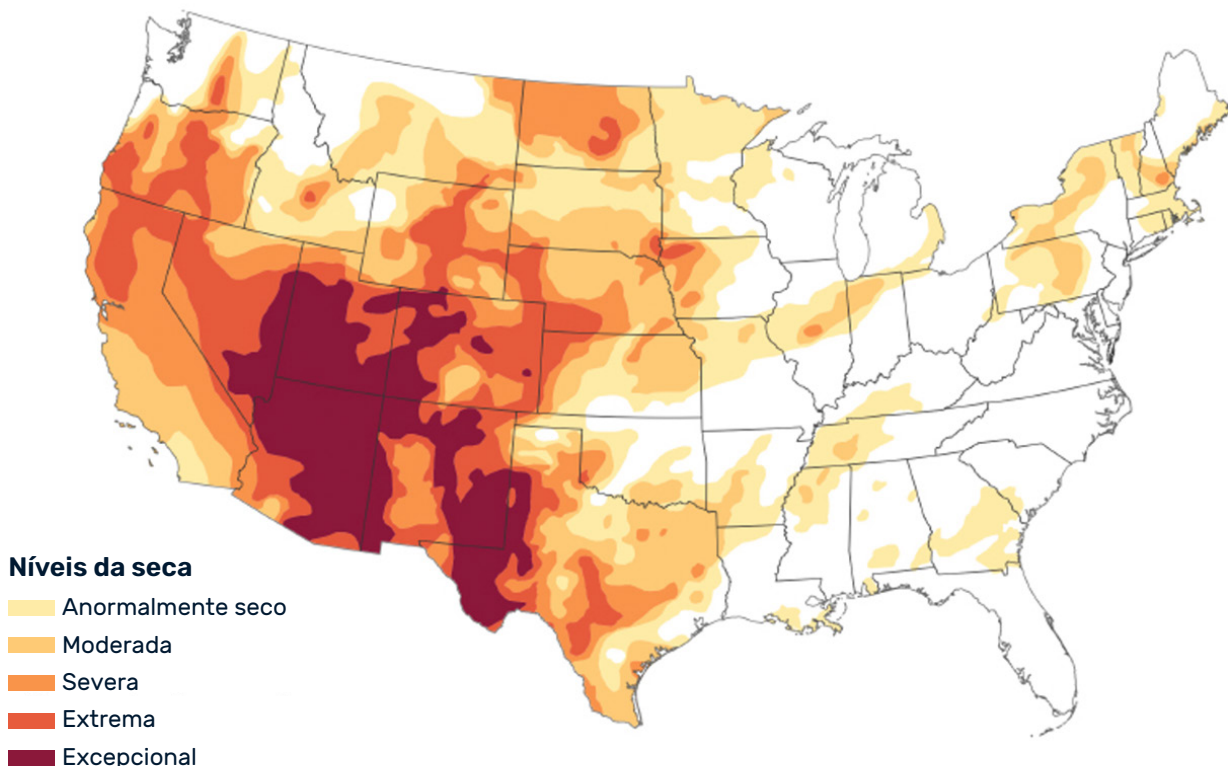
Segundo o documento, “As mudanças climáticas estão mais rápidas, generalizadas e intensas; já não resta dúvida de que a influência humana é um fator determinante”. Rapidamente podemos traduzir esse “puxão de orelha” em realidade quando observamos os fenômenos extremos vivenciados em 2021.

Fortes chuvas geraram inundações mortais em países europeus. A Alemanha contabilizou pelo menos 133 mortes; Luxemburgo e Holanda também foram afetados, apesar de não terem relatado nenhuma morte. O mesmo ocorreu na China, na província de Henan, região central do país. 12 das 25 vítimas mortais estavam em uma linha de metrô

em Zhengzhou, onde ocorreram cenas aterrorizantes de pessoas com água até os ombros, registradas em vídeos que viralizaram na internet.

Ao mesmo passo, países como Estados Unidos e Canadá registraram temperaturas elevadas em patamares recordes, inclusive com intensas queimadas. As temperaturas superaram os 49 °C no Canadá, e em alguns dias não foram abaixo de 20 °C nem durante a noite, em latitudes onde o calor não é habitualmente tão intenso. O monitor de seca dos EUA – uma parceria entre o Departamento de Agricultura e outras organizações especializadas – diz que metade do país está sob alguma forma de seca, sendo as mais severas registradas nos estados do oeste, conforme o mapa abaixo.

No caso brasileiro vivenciamos um contexto de grande crise hídrica, que possui forte relação com os impactos profundos que levamos



aos espaços naturais, em especial a descaracterização dos cerrados e a retração da floresta amazônica. Estes têm impactado na recarga dos aquíferos e na distribuição das chuvas por meio dos “rios voadores”, respectivamente.

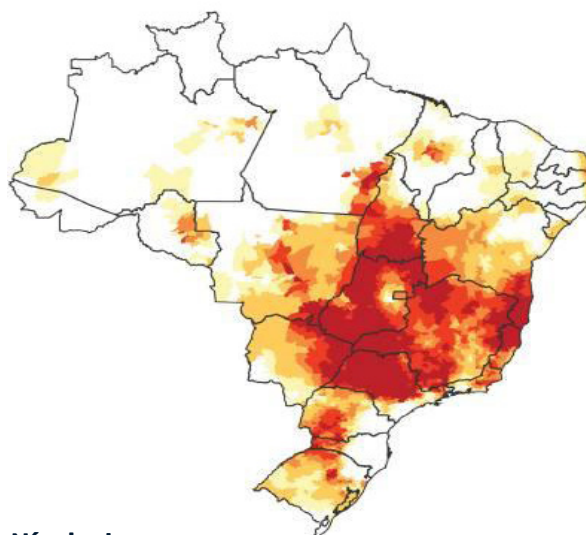
O impacto antrópico – ou seja, do ser humano – na dinâmica do aquecimento global está relacionado ao aumento da concentração dos gases do efeito estufa. Alguns cientistas reconhecem esse evento como o “aquecimento adicional do planeta”. Isso ocorre em razão da emissão de gases produzidos principalmente pela queima de combustíveis fósseis, que intensificam o efeito estufa natural da atmosfera. Isso faz aumentar as temperaturas a partir de uma maior retenção de calor no planeta.

Saídas importantes para esse aquecimento passam pela substituição de fontes energéticas poluentes, como a queima de combustíveis através de carvão ou petróleo, e pela manutenção das florestas e áreas verdes, já que as queimadas e a derrubada de árvores ajudam a intensificar o processo. Contudo essas saídas passam por investimentos, custos e despesas com que muitas nações são reticentes em arcar, por se tratar de mudanças que atravessam questões políticas e principalmente econômicas. Daí os intensos embates políticos em torno do assunto.

A dinâmica climática ainda nos apresenta algumas incógnitas, uma vez que os dados de acompanhamento dos padrões climáticos são muito recentes. Os padrões estão vigorando há mais de 15 mil anos, e entende-se que alguns ciclos e fenômenos ainda são desconhecidos.

Porém, estudos nos apontam que os sistemas que operam na Terra possuem uma harmônica e sinérgica troca de influências que mutuamente se impactam, e quando há algum desequilíbrio nesses sistemas, também há uma tendência de respostas múltiplas do ambiente. Ao mudar as dinâmicas de temperatura e volume de água nos oceanos, desencadeamos respostas inesperadas da natureza.

A pior seca do Brasil desde que o fenômeno começou a ser medido, em 1910, registra números alarmantes



Níveis da seca

- Fraca
- Moderada
- Severa
- Extrema
- Excepcional



2445
municípios
impactados, ou
43% do total



7 estados
com **100%**
do território
afetado



27 mm
de chuvas em um
mês na área mais
crítica, um terço do
esperado



